



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD nº. 001/2026	
Órgão: Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA	
Setor requisitante: Secretária Administrativa	
Responsável pela Demanda: BRUNA RODRIGUES DE ABREU	Matricula: 52-2
E-mail: <a href="mailto:camara@cmgovernadoredisonlobao.ma.gov.br">camara@cmgovernadoredisonlobao.ma.gov.br</a>	Telefone: (99) 3536-1388

1. OBJETO:

1.1. Aquisição de material de construção destinados a atender as necessidades da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA.

1.2. Esta despesa está complementada no PCA. 2025. Conforme DFD 001/2026.

1.3. A execução do ETP e análise de risco não foi efetuado em conformidade com a prerrogativa em razão do presente processo, com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei 14.133/2021, entende-se que a menor complexidade do objeto enseja a prescindibilidade de ETP e Mapa de Riscos, pois trata-se de itens e objetos que não são de padronização.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

2.1. A Câmara Municipal de Governador Edison Lobão, no exercício de suas atribuições institucionais e administrativas, necessita manter suas instalações físicas em condições adequadas de uso, segurança, salubridade e conservação, assegurando ambiente apropriado ao desempenho das atividades legislativas, administrativas e ao atendimento da população.

2.2. Atualmente, foram identificadas áreas nas dependências do prédio que apresentam desgaste natural decorrente do uso contínuo e da ação do tempo, tais como descascamento de pintura, fissuras superficiais em paredes, manchas de umidade e deterioração do acabamento interno e externo. Tais situações, além de comprometerem a estética do ambiente institucional, podem evoluir para danos estruturais mais graves caso não sejam sanadas de forma preventiva e corretiva.

2.3. A aquisição de tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas mostra-se necessária para a execução de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva, possibilitando:

- A recuperação de superfícies danificadas;
- A proteção das estruturas contra infiltrações e deterioração;
- A melhoria das condições de higiene e salubridade dos ambientes;



- A preservação do patrimônio público;
- A promoção de ambiente digno e adequado para servidores, vereadores e munícipes.

2.4. Ressalta-se que a manutenção preventiva é medida economicamente mais vantajosa à Administração Pública, pois evita a necessidade de intervenções estruturais de maior complexidade e custo no futuro, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e conservação do patrimônio público.

2.5. Dessa forma, a aquisição dos referidos materiais é plenamente justificada, considerando a necessidade de manutenção contínua das instalações da Câmara Municipal, garantindo o regular funcionamento das atividades institucionais e a adequada prestação de serviços à coletividade.

### 3. DESCRIÇÃO E QUANTIDADES.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	TIPO DO ITEM (*)	SUBITEM (**)	MARCA (SE APLICÁVEL OU NÃO)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Kit pedreiro BF c/ 18L	Material	Consumo	-	UNIDADE	12
02	Esmalte sintético Branca 3,6L	Material	Consumo	-	UNIDADE	08
03	Massa corrida PVA 25kg	Material	Consumo	-	UNIDADE	08
04	Impermeabilizante asfáltico 18kg	Material	Consumo	-	UNIDADE	15
05	Kit piso (trincha/rolo)	Material	Consumo	-	UNIDADE	08
06	Esmalte Sintético Vermelho 3,6L	Material	Consumo	-	UNIDADE	08
07	Esmalte Sintético Azul 3,6L	Material	Consumo	-	UNIDADE	15
08	Tinta Acrílica Amarela 3,6L	Material	Consumo	-	UNIDADE	08
09	Thinner/Diluyente 1L	Material	Consumo	-	UNIDADE	15

(\*) Materiais; de construções.

(\*\*) Consumo; permanente; continuado; não continuado.

Prazo de fornecimentos/execução: em até 05 (cinco) dias, contados do dia seguinte ao da emissão da Ordem de Compra e Nota de Empenho.

Local de fornecimento/Execução: Câmara Municipal de Governador Edison Lobão, situada a Avenida Urbano Rocha s/n Centro, Cidade Governador Edison Lobão – MA.

A indicação do fiscal do contrato ou servidor que fará a liquidação da despesa fica a cargo do Presidente da Câmara Municipal.

Governador Edison Lobão, 02 de fevereiro de 2026.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



*Bruna Rodrigues de Abreu.*

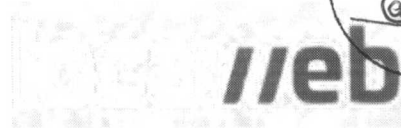
BRUNA RODRIGUES DE ABREU

Matricula 52-2

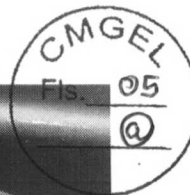
Secretária administrativa

09/03/2026, 16:12

Webmail Locaweb : Re: cotação de preço



Assunto: **Re: cotação de preço**  
De: ROMÁRIO DOS REIS SILVA <romariocomercio@gmail.com>  
Para: <compras@cmgovernadoredisonlobao.ma.gov.br>  
Data: 02/02/2026 15:01



# M. M. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES

Romário dos Reis Silva Comércio

CNPJ: 10.553.364/0001-52

Insc. Est. 12.310.458-0

Fone: (99) 99649-0504

Rua João Luis, 368 - Centro - Governador Edison Lobão-MA

PEDIDO

ORÇAMENTO

Data 30 de Janeiro de 2026

Cliente: Câmara Municipal de Gov. Ed. Lobão

Endereço: Urbano Rocha s/n

Bairro: Centro Cidade: Gov. Ed. Lobão Est. MA

CNPJ/CPF: 01.016.688/0001-00 Fone:

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
12	Tinta Acrilica Branco 9L 18 Lcod	7.020,00
8	Tinta Esmalte Sintetico Branca 3,6L canel.	1.320,00
8	Massa Corrida PVA 1100, 25kg.	432,00
15	Argamassa de Reparo Estrutural sac 20kg	840,00
8	Acilhões Trineta e rolo pintura	304,00
8	Tinta Esmalte Sintetico Ver. 3,6L canel	1.320,00
15	Tinta Esmalte Sintetico Am. 2,5L canel	2.475,00
8	Tinta Esmalte Sintetico Am. 3,6L canel	1.320,00
15	Timbre Diluente	345,00

GRÁFICA LIMA - (99) 3524-8155 - CEL. 99643-4213/99141-9866

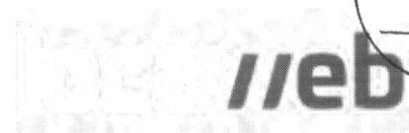
Agradecemos a preferência

TOTAL R\$ 15.376,00

ASSINATURA DO CLIENTE

ASSINATURA DO VENDEDOR

Em seg., 2 de fev. de 2026, 14:57, <compras@cmgovernadoredisonlobao.ma.gov.br> escreveu:



Assunto: **ORÇAMENTO DA CAMARA MUNICIPAL**  
De: Leidiane alencar <leidiane.alencar2013@hotmail.com>  
Para: compras@cmgovernadoredisonlobao.ma.gov.br  
<compras@cmgovernadoredisonlobao.ma.gov.br>  
Data: 30/01/2026 10:48

- 
- orçamento.pdf (~2.7 MB)



# TLC CONSTRUÇÕES

HIDRÁULICA, ELÉTRICA, FERRAMENTAS, FERRAGENS E TINTAS

☎ (99) 98475-5006

📧 lconstrucoes22

✉ lconstrucoes22@gmail.com

Rua da Torre N° 58 - Centro  
Governador Edison Lobão - MA

Data: 30/05/26 PEDIDO N°  
 Cliente: Câmara Municipal  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 CNPJ: 01616688/0001-00  
 Fone: \_\_\_\_\_ Cidade: Gov. Ed Estado: MA

QUANT.	UND	DISCRIMINAÇÃO	P. UNIT.	PREÇO TOTAL
12		Tinta acrílica B# 18LT cond	580,00	6960
08		Esmalte Sint Branco 3,6LT	160,00	1280
08		União comido PVA 25kg.	37,00	296
15		Pincelador de reparo 20kg	55,00	825
08		Kit Lixas, Brincas e rolos	30,00	240,00
08		Esmalte Sint Vermelho 3,6LT	160,00	1280
15		Esmalte Sint azul 3,6LT	160,00	240,00
08		Tinta Esmalte amarelo 3,6LT	160,00	1280
15		Shimex Adesivo 1LT	20,00	300,00
			TOTAL-	12.701,00

GRÁFICA MAJALFARIA CENTRAL (99) 98475-3881

TOTAL R\$ 12.701,00

*Antonio Silva*

\_\_\_\_\_  
Cliente

\_\_\_\_\_  
Vendedor

04/02/2026, 10:20

Webmail Locaweb : Re: cotação de preço



Assunto: **Re: cotação de preço**  
De: Francisco Sousa <franciscosousa4545@gmail.com>  
Para: <compras@cmgovernadoredisonlobao.ma.gov.br>  
Data: 30/01/2026 12:49



# MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

# SOUSA LIMA

(99) 99647-3339 / 98439-8022  
 Rua da Torre N° 485 - Centro  
 Governador Edison Lobão - Ma

Data: 30/01/26 PEDIDO N° 0491  
 Cliente: Comora Municipal  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 CNPJ: 01616688/000100  
 Fone: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: MA

QUANT.	UNID	DISCRIMINAÇÃO	P. UNIT.	PREÇO TOTAL
12		Tinta Acrilica Branco Foco Geral	580,00	6.960,00
08		Tinta Exm. Sint Branca GL 3,6	105,00	840,00
08		massa Ceviado PVA. 25kg. Leintex	60,00	480,00
15		Argomassa AC111 20kg	29,00	435,00
08		Kilo Lixa, Trincho Relo Pintura	39,50	316,00
08		Tinta Exm Sint Vermelho GL 3,6	105,00	840,00
15		Tinta Exm Sint Azul GL 3,6	105,00	1.575,00
08		Tinta Exm Sint Amarelo GL 3,6	105,00	840,00
15		Tinner Diluente GL 1L	18,00	270,00

GRAFICA NOVA VIDA 99646-8465

CNPJ: 180934630001/00 TOTAL R\$ 11.136,00

CPF: \_\_\_\_\_ Condições de Pagamento: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Cliente \_\_\_\_\_ Vendedor *Monica*

Em qui., 29 de jan. de 2026, 11:31, <[compras@cmgovernadoreisondisonlobao.ma.gov.br](mailto:compras@cmgovernadoreisondisonlobao.ma.gov.br)> escreveu:



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



## TERMO DE REFERÊNCIA - LEI 14.133/2021

### DADOS GERAIS

- Número do processo: DP 001/2026
- Órgão ou entidade demandante: CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO
- Responsável: BRUNA RODRIGUES DE ABREU

### CONCEITUAÇÃO DOS ITENS

#### Objeto a ser contratado

Dispensa de licitação para aquisição de tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas mostra-se necessária para a execução de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA.

#### Natureza dos itens

- ( X ) Aquisição de bens
- ( ) Serviço comum
- ( ) Serviço de engenharia
- ( ) Serviço especial
- ( ) Execução de obra
- ( ) Locação

#### Fundamentação da contratação

Não existe ETP ou outro projeto anterior.

#### Há legislação especial que deva ser considerada na contratação?

- ( ) Sim
- ( X ) Não

#### Justificativa da contratação e para a quantidade solicitada:

A aquisição está vinculada ao atendimento das necessidades de melhoria nas condições de trabalho. Para tanto, nos preocupamos em realizar um procedimento aquisitivo com a melhor relação custo-benefício mediante a estipulação de critérios de aferição da qualidade conforme normas citadas neste Termo de Referência;

A realização do referido certame e, conseqüentemente, a possível contratação dos itens pretendido, visam atender ao princípio constitucional indisponível da satisfação do interesse público.

Para manter o funcionamento das atividades é essencial que a aquisição dos materiais gráficos esteja em excelentes condições e qualidade, para que evitem um déficit na produtividade do funcionalismo público, mantendo assim o pleno atendimento aos serviços ofertados a população de forma célere e eficaz, por esse motivo justificasse a necessidade de aquisição de tais.

Cabe aqui ressaltar que os materiais gráficos sejam destinados a rotina administrativa desta casa de leis.

Registra-se que a aquisição se justifica ainda, pela necessidade das atividades desenvolvidas pela administração da Câmara Municipal.

**Requisitos da contratação** O fornecedor deverá entregar os materiais bvde forma parcelada no local indicado neste termo de referência, localizados no Município de



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



Governador Edison Lobão, dentro do prazo não superior a 05 (cinco) dias, contados do envio por e-mail da nota de empenho.

A entrega dos objetos dar-se-á na unidade indicada (previamente comunicado), mediante assinatura e carimbo com o número da matrícula do servidor responsável pela Unidade, em canhoto, datado, em caráter provisório, a entrega deverá ser em no máximo 05 (cinco) dias após a emissão da ordem de compra.

#### **Análise dos riscos da contratação**

Não se aplica.

#### **A seleção será restrita a obras, serviços ou produtos pré-qualificados?**

- Sim  
 Não

#### **O objeto é um produto com julgamento pelo ciclo de vida?**

- Sim  
 Não

#### **O objeto possui critérios de inovação e/ou desenvolvimento nacional sustentável?**

- Sim  
 Não

#### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (OBJETO)**

##### **Especificação e quantidades:**

Item	Descrição	Quant.	Und	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Tinta acrílica BF c/ 18L	12	UN	R\$ 581,67	R\$ 6.980,00
02	Esmalte sintético branca 3,6L	08	UN	R\$ 143,33	R\$ 1.146,67
03	Massa corrida PVA 25kg	08	UN	R\$ 50,33	R\$ 402,67
04	Argamassa ACI-3 20 kg	15	UND	R\$ 46,67	R\$ 700,00
05	Kit lixas (trincha/rolo)	08	UN	R\$ 35,83	R\$ 286,67
06	Esmalte sintético vermelho 3,6L	08	UN	R\$ 143,33	R\$ 1.146,67
07	Esmalte sintético azul 3,6L	15	UN	R\$ 143,33	R\$ 2.150,00
08	Tinta acrílica amarela 3,6L	08	UN	R\$ 143,33	R\$ 1.146,67
09	Thinner/diluyente 1L	15	UN	R\$ 20,33	R\$ 305,00
(Quatorze mil duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos)					R\$ 14.264,33

#### **Prazo para início de execução / fornecimento**

Imediato após a assinatura do contrato e emissão de ordem de compra.

#### **Prazo de entrega de execução / fornecimento**



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



05 (cinco) dias a contar do envio da Nota de Empenho ao fornecedor.

### Local de entrega execução / fornecimento

CÂMARA MUNICIPAL - Av. Urbano Rocha s/n Centro - Governador Edison Lobão (MA)  
- mediante agendamento prévio de, no mínimo, 02- (dois) dias de antecedência e de acordo com a disponibilidade da agenda do setor, através do telefone (99) 3536-1388;  
Obs. Enviar PDF da nota fiscal para o e-mail:  
[camara@cmgovernadoredisonlobao.ma.gov.br](mailto:camara@cmgovernadoredisonlobao.ma.gov.br)

### Os itens possuem exigências a serem feitas após a entrega/execução?

- Sim  
 Não

### É UMA CONTRATAÇÃO DIRETA?

- Sim  
 Não

### É um caso de inexigibilidade de licitação?

- Sim  
 Não

### É uma licitação dispensada?

- Sim  
 Não

### É uma licitação dispensável?

- Sim  
 Não

### Qual hipótese de licitação dispensável do art. 75 Lei nº 14.133/2021?

- Inciso II do artigo 75 da Lei 14.133/2021.

### Identificação do nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE:

Saldo das Sub Classes do CNAE

- Código: 1822-9/99

- Descrição: Serviços de aquisição de tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas.

- Saldo: R\$ 14.264,33

### Qual a justificativa para seleção do fornecedor?



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



Pelo menor preço apresentado durante a fase de cotação.

**EXISTE A NECESSIDADE DE ELABORAR UM EDITAL DE SELEÇÃO?**

- Sim  
 Não

**Rito de seleção**

- Dispensa de licitação.  
 Inexigibilidade de licitação.  
 Concorrência.  
 Pregão.  
 Leilão.  
 Concurso.  
 Diálogo competitivo.

**Forma da seleção**

- Presencial  
 Eletrônica

**Justificativa para a forma de seleção**

A escolha por meio eletrônico deve-se a maior abrangência de empresas interessadas em participar do processo licitatório, já que não necessita que a empresa interessada na participação do certame se locomova fisicamente a esta casa de Leis Municipal, buscando assim o princípio da economicidade – que expressa à relação de custo/benefício, a razoabilidade dos custos diante dos resultados alcançados ou benefícios propiciados.

**Critério de julgamento**

- Menor preço.  
 Maior desconto.  
 Técnica e preço.  
 Maior retorno econômico.  
 Melhor técnica ou conteúdo artístico.  
 Maior lance.

**Haverá antecipação da habilitação?**

- Sim, rito com habitação antecipada  
 Não, rito procedimental comum

**A contratação será global, por lotes de itens, ou por itens**

- Global  
 Lote(s) de Itens  
 Por Itens



### Dos itens a licitar e preço máximo fixado

Dispensa de licitação para a aquisição de tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas.

Item	Descrição	Marca	Quant.	Und	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Tinta acrílica BF c/ 18L		12	UN	R\$ 581,67	R\$ 6.980,00
02	Esmalte sintético branca 3,6L		08	UN	R\$ 143,33	R\$ 1.146,67
03	Massa corrida PVA 25kg		08	UN	R\$ 50,33	R\$ 402,67
04	Argamassa ACI-3 20 kg		15	UND	R\$ 46,67	R\$ 700,00
05	Kit lixas (trincha/rolo)		08	UN	R\$ 35,83	R\$ 286,67
06	Esmalte sintético vermelho 3,6L		08	UN	R\$ 143,33	R\$ 1.146,67
07	Esmalte sintético azul 3,6L		15	UN	R\$ 143,33	R\$ 2.150,00
08	Tinta acrílica amarela 3,6L		08	UN	R\$ 143,33	R\$ 1.146,67
09	Thinner/diluyente 1L		15	UN	R\$ 20,33	R\$ 305,00
	(Quatorze mil duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos)					R\$ 14.264,33

**Se exigida a subcontratação de MPE obrigatória, qual o percentual de subcontratação, em relação ao valor do contrato?**

Não se aplica.

**Haverá prioridade na contratação de MPE local ou regional?**

- Sim  
 Não

**Exigências específicas para a fase de proposta**

- Existem exigências específicas.  
 Não se aplica o item

**Exigências específicas para a fase de habilitação**

- Existem exigências específicas.  
 Não se aplica o item

**Inscrição em entidade profissional**

- Sim  
 Não

**Há outro requisito previsto em lei especial?**

- Sim



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



( X ) Não

**Será vedada a participação de consórcios?**

( X ) Sim

( ) Não

**Qual a justificativa para vedar o consórcio:**

Conforme despacho 326/2023-NLC a aceitação de consórcios será aplicada a somente licitações de grande vulto e complexidade.

**Infrações e penalidades no certame**

O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

- Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;

- Impedimento de licitar e contratar;

- Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Governador Edison Lobão	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Governador Edison Lobão	6 meses
Art. 155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Governador Edison Lobão	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Governador Edison Lobão	6 meses



Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Governador Edison Lobão	6 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e seis meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

Pelas infrações administrativas de:

- Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Governador Edison Lobão, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

### É UMA CONTRATAÇÃO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS?



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



- Sistema de Registro de Preços  
 Regime Contratual

**É uma contratação sem previsão no Plano de Contratações Anual?**

- Sim  
 Não

### MODELO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS ITENS (REGIME CONTRATUAL)

**Como atingiremos os resultados pretendidos do contrato?**

A administração deverá efetuar a adesão ao contrato determinando a entrega dos itens, em razão do prazo de validade do ser curto.

Designar formal e legalmente um servidor(a) devidamente capacitado para fiscalizar e acompanhar o andamento dos serviços, bem como para dirimir as possíveis dúvidas existentes referentes a contratação.

**Forma de execução do contrato**

- Fornecimento imediato.  
 Fornecimento continuado.  
 Prestação de serviço imediato.  
 Serviço continuado com predominância de mão de obra.  
 Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra.  
 Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra.

**Prazo de vigência do contrato**

A vigência do Contrato será de 10 (dez) meses.

### MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**Existem requisitos anteriores à execução?**

- Sim  
 Não

**Será exigida garantia financeira do contrato?**

- Sim  
 Não

**Há outros requisitos anteriores à execução**

- Sim  
 Não



### Metodologia de acompanhamento da execução do contrato e principais pontos de controle

Não se aplica.

### Obrigações específicas do contratado

Sendo constatado itens com defeitos, ou com divergências das especificações, o setor responsável recusará o recebimento, dando ciência dos motivos da recusa à contratada, que assumirá todas as despesas daí decorrentes, sem prejuízo das penalidades previstas na lei, devendo, no prazo de 02 (dois) dias, contado a partir da notificação, concerta e repor os itens. Caso a verificação não seja procedida reputar-se-á como realizada dentro do prazo fixado.

### Obrigações específicas da Câmara Municipal

Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens/objetos desta licitação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

### Existem requisitos posteriores à execução?

- ( ) Sim  
( X ) Não

### Infrações e penalidades do Contrato

Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade, o seu inadimplemento implicará em multa por inexecução parcial, nos termos previstos no instrumento convocatório e no contrato.

O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155, I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	--
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1%/dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega dos itens sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Governador Edison Lobão	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração,	do empenho	15%
		ao	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Governador Edison Lobão



	funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo		
Art. 155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Governador Edison Lobão	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

Pelas infrações administrativas de:

- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega dos itens sem motivo justificado;
- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
- Dar causa à inexecução total do contrato;

Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Governador Edison Lobão, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

#### Qual será a regra da subcontratação?

- Será permitida a subcontratação  
 Será vedada a subcontratação



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



**Se vedada a subcontratação, qual a justificativa?**

Não se aplica ao presente objeto, por se tratar de aquisição de itens e serviços tecnológicos de pequeno valor, e que são executados pela contratada de forma personalíssima.

**Além da conciliação, haverá outro método alternativo de resolução de controvérsias?**

- Sim  
 Não

**FORMAS, CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO**

**Formas, condições e prazo de pagamento:**

O pagamento será efetuado até 20 dias após o fornecimento dos objetos/itens, mediante apresentação da 10.1.2. Nota Fiscal devidamente recebida pelo preposto da Câmara Municipal.

Quando da efetivação das compras, o fornecedor deverá descrever os bens na Nota Fiscal obedecendo a mesma descrição constante da Nota de Empenho.

As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seus vencimentos correrão 20 (vinte) dias após a data de sua reapresentação.

Os pagamentos efetuados em atraso pela Administração serão acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, desde que o atraso não tenha sido por culpa da contratada.

**Critério de reajuste e repactuação:**

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Do reajuste:**

A data-base do reajuste será vinculada à data de formalização do contrato.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



A prorrogação e reajuste serão formalizados mediante simples apostilamento, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

### **Índice de reajuste ou repactuação dos insumos**

Não se aplica.

### **Haverá Instrumento de Medição de Resultado?**

- Sim  
 Não

### **Haverá Remuneração Variável?**

- Sim  
 Não

### **Haverá a adoção do regime de conta vinculada?**

- Sim  
 Não

### **Critério e prazo para recebimento provisório**

- O recebimento será considerado de forma parcelada em 10 (dez) meses, a qual será realizada em até 05 (cinco) dias (corridos) da comunicação escrita do término da entrega pelo contratado ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos equipamentos e materiais.
- Sendo constatado algumas inconsistências ou itens estragados e que não atende as especificações, o setor responsável recusará o recebimento, dando ciência dos motivos da recusa à contratada, que assumirá todas as despesas daí decorrentes, sem prejuízo das penalidades previstas na lei, devendo, no prazo de 1 (uma) hora, contado a partir da notificação, repor os mesmos. Caso a verificação não seja procedida reputar-se-á como realizada dentro do prazo fixado.

### **Critério e prazo para recebimento definitivo**

- Os itens e objetos serão recebidos por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 02 (dois) dias corridos contados da comunicação escrita do contratado.
- Considerar-se-á definitivo o recebimento dos itens deste instrumento, caso não haja manifestação da Contratante, até o prazo final do recebimento provisório (em até 02 dois dias corridos).
- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução deste contrato, quanto à qualidade, correção e segurança dos itens contratado.

### **É UMA OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA?**

- Sim



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



( X ) Não

### ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor estimado total da contratação:

R\$ 14.264,33 (Quatorze mil duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos)

Data da conclusão da formação de preço:

30/01/2026

O preço de referência será sigiloso no processo?

( ) Sim

( X ) Não

### ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Previsão orçamentária para a contratação

( ) Desnecessária por ser Sistema de Registro de Preços.

( X ) Existe previsão orçamentária.

( ) Não há previsão orçamentária.

( ) Previsão orçamentária insuficiente.

Rubrica orçamentária para a contratação

CÂMARA MUNICIPAL	FONTE DE RECURSOS	DOTAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO		
Material de consumo	1.150.00.001.001	3.3.90.30
Outros serviços de terceiros de pessoas jurídica	1.150.00.001.001	3.3.90.39

### NOMEAÇÕES

Equipe de Apoio:

DADOS DOS SERVIDORES A SEREM DESIGNADOS			
Nome Completo	Francisca das Chagas de Sousa Lima	Adriana Batista da Silva	Bruna Rodrigues de Abreu
Cargo	Agente de contratação	Equipe de apoio	Secretária Administrativa
Matrícula	Portaria nº 003/2025	Portaria nº 003/2025	52-2
Órgão/Pasta Interessada	Câmara Municipal	Câmara Municipal	Câmara Municipal
Local/Cidade	Gov. Edison Lobão	Gov. Edison Lobão	Gov. Edison Lobão
Telefone/Ramal	(99) 3536-1388	(99) 3536-1388	(99) 3536-1388

Gestor e Fiscais da Execução:

DADOS DOS SERVIDORES A SEREM DESIGNADOS	
FISCAL	
Nome Completo	DANIEL SANTOS RODRIGUES
Cargo	FISCAL DE CONTRATO
Matrícula	118
E-mail	<a href="mailto:camara@cmgovernadoreidisonlobao.ma.gov.br">camara@cmgovernadoreidisonlobao.ma.gov.br</a>



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



**ÓRGÃO OU ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO**

Governador Edison Lobão - MA, 02 de fevereiro de 2026.

*Bruna Rodrigues de Abreu*  
Bruna Rodrigues de Abreu  
Responsável



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
GABINETE DA PRESIDENCIA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



## AUTORIZAÇÃO

Na condição de responsável pela autorização de despesa, e em atenção ao documento de requisição e justificativa apresentada pelo Diretor Administrativo e de acordo com as condições apresentadas no termo de referencia relacionado a fornecimento tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas destinados a atender as necessidades da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, **APROVO** o termo de referencia e concedo por mio deste, a **AUTORIZAÇÃO**, para o inicio de processo de contratação.

Solicita-se encaminhar o expediente ao setor de licitações para as devidas providencias.

Governador Edison Lobão, 02 de fevereiro de 2026.

LUCIANO SOARES LOPES  
Presidente



MINUTA DO EDITAL DO PROCESSO DE DISPENSA Nº001/2026

A Câmara Municipal de Governador Edison Lobão, torna público que através de seu Ordenador de Despesas, o Exmo. Sr. Presidente, Luciano Soares Lopes, ora denominado AUTORIDADE COMPETENTE, que, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, com Lei Complementar n.º 123/2006 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

De acordo com o art. 176 da Lei nº 14.133/2021, os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para adotarem o PNCP e observarem as regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios devem: publicar, em diário oficial, as informações que a Lei nº 14.133/2021 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato; disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº001/2026  
MINUTA DO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026  
JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

Link: <https://webmail-seguro.com.br/cmngovernadoreidisonlobao.ma.gov.br/>  
E-mail: [dispensa@cmngovernadoreidisonlobao.ma.gov.br](mailto:dispensa@cmngovernadoreidisonlobao.ma.gov.br)

Fase de Propostas: Início dia \_\_/\_\_/2026 às \_\_h e encerramento dia \_\_/\_\_/2026 às \_\_h  
Fase de Lances: - Início dia \_\_/\_\_/2026 às \_\_h e encerramento às \_\_/\_\_/2026 às \_\_h

### OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação para fornecer tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas mostra-se necessária para a execução de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações dos itens/objetos.

### DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2. A participação na presente dispensa eletrônica se dará, disponível no endereço eletrônico



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



[dispensa@cmgovernadoreidisonlobao.ma.gov.br](mailto:dispensa@cmgovernadoreidisonlobao.ma.gov.br)

2.1. Os fornecedores deverão encaminhar previamente no e-mail [dispensa@cmgovernadoreidisonlobao.ma.gov.br](mailto:dispensa@cmgovernadoreidisonlobao.ma.gov.br)

2.2. As contratações poderão ser realizadas por meio eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado, devendo a operacionalização e uso do sistema ficar a cargo do licitante.

2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante sobre a Dispensa, não cabendo ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.4. **Todos os itens desta Contratação são destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 47, inciso I, e art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

2.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5. Além das vedações estabelecidas pelo art. 9º, §1º e §2º da Lei Federal Nº 14.133/21, não será permitido, conforme previsto no artigo 14 da mesma Lei, a participação de fornecedores:

2.5.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s); estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



**2.5.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o item 2.5.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem aos itens 2.5.2. e 2.5.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como em cargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

**2.6.** Será realizada pesquisa junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inegibilidade), CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), e na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de Maranhão, para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, nos termos do art. 17 da Resolução nº 07/2023.

### **INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

**3.** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa se dará com o anexo de sua proposta inicial e demais documentos via e-mail, na forma deste item.

**3.1.** O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio de e-mail, a documentação de habilitação e sua proposta com a descrição dos itens/objetos ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

**3.1.1.** A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição



Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

**3.2.** Todas as especificações dos itens/objetos contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

**3.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos itens;

**3.3.1.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**3.4.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**3.5.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**3.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este termo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**3.7.** No da documentação de habilitação e proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinar todas as declarações e propostas, e ainda encaminhar juntamente com os documentos de habilitação e proposta reajustada sob pena de inabilitação às seguintes declarações:

**3.7.1.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**3.7.2.** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do benefício da contratação exclusiva prevista no art. 47, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**3.7.3.** que está ciente e concorda com as condições contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

**3.7.4.** que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

**3.7.5.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/21 e artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



## FASE DE LANCES

4. A partir da data e horário estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta para análises de documentação enviada sendo de inteira responsabilidade dos licitantes o envio de toda documentação legível, sendo encerrado no horário de finalização da análise também já previsto neste aviso.

4.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário de cada item**;

4.2. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado.

4.2.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.4. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.5. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

4.6. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, em ordem crescente de classificação.

4.6.1. O encerramento da fase de lances no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação dos itens/objetos e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.1. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.



- 5.1.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.
- 5.2. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90(noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.4.1. contiver vícios insanáveis;
  - 5.4.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
  - 5.4.3. apresentar preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 5.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 5.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.5.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 5.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível



esse regime.

5.7.3. Não serão aceitas modificações na marca e modelo inicialmente constantes na proposta comercial, por alterar a substância da proposta.

5.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações dos itens/objetos, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.10. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, iniciar-se-á a fase de habilitação e qualificação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

#### HABILITAÇÃO

6. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação e qualificação técnica constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.1. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de até 2h (duas horas) após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.4. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, para análise minuciosa dos documentos exigidos sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.5.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações dos itens/objetos e as



condições de habilitação.

6.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.7. O fornecedor que não comprovar as exigências de qualificação técnica será desclassificado, não se procedendo ao exame dos documentos de habilitação.

## DA CONTRATAÇÃO

7. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.1. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.1.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.2.1. referida Nota ou instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

7.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 a 139 da mesma Lei.

7.3. O prazo de vigência da contratação é de 10 (dez) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos deste Aviso de Contratação Direta.

## DAS SANÇÕES

8. Da Resolução da Autorização de Fornecimento:

8.1. A resolução unilateral da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, em substituição ao contrato, conforme previsto no artigo 95, da Lei 14.133/2021, se dará por ato unilateral e escrito da Administração, por descumprimento do decorrente, exceto quando causado pela sua própria conduta devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

8.2. Do impedimento de licitar e contratar:



**8.2.1.** Ficar impedida de licitar e contratar, nos termos do artigo 156, III da Lei 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos, a pessoa física ou jurídica que praticar as seguintes infrações legais previstas no artigo 155:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega dos itens/objetos da licitação sem motivo justificado;

**8.3.** Das multas:

**8.3.1.** Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

**8.3.2.** Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

**8.3.3.** O atraso injustificado na entrega dos itens/objetos, sem prejuízo do disposto no item 8.1, sujeitará a contratada/detentora à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

**8.3.3.1.** de 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;

**8.3.3.2.** superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à do subitem

**8.3.3.1.** Após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução total, aplicando-se o disposto no item 83.1. cumulativamente a este.

**8.3.3.3.** Os itens não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração, que será em até 02 dois dias, contados do recebimento da notificação.

**8.3.3.4.** Parágrafo único – A não ocorrência de substituição ou regularização dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no item 8.3.3.1., considerando-se a mora nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido deste item.

**8.3.4.** O pedido de prorrogação de prazo final da entrega dos itens/objetos somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

**8.3.5.** As multas referidas neste Edital não impedem a aplicação de outras sanções



previstas na Lei nº 14.133/2021.

**8.4.** Da Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar:

**8.4.1.** Será considerado inidôneo para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV da Lei 14.133/2021, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis), a pessoa física ou jurídica que praticar as infrações legais previstas no artigo 155, incisos VIII ao XII do mesmo diploma legal:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.4.2.** A sanção estabelecida no item anterior será precedida de análise jurídica, considerando reincidências de faltas, sua natureza e gravidade, e observará as regras previstas do § 6º ao § 9º do art. 156 da Lei 14.133/2021.

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**9.** O procedimento será divulgado no <https://webmail-seguro.com.br/cmgobernadoreidisonlobao.ma.gov.br/> e os licitantes interessados encaminharam sua documentação correspondente de acordo com sua linha de fornecimento via email [dispensa@cmgobernadoreidisonlobao.ma.gov.br](mailto:dispensa@cmgobernadoreidisonlobao.ma.gov.br).

**9.1.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento F racassado), a Administração poderá:

**9.1.1.** republicar o presente aviso com uma nova data;

**9.1.2.** valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

**9.1.2.1.** No caso do item anterior, a contratação poderá ser operacionalizada fora deste procedimento.

**9.1.3.** fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

**9.2.** As providências dos itens **9.1.1** e **9.1.2** acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados, caracterizando procedimento deserto.

**9.3.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo



agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de documentação observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no e-mail e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada em Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.12.2. ANEXO II – Termo de Referência;

9.12.3. ANEXO III – Minuta de Contrato ou Instrumento Equivalente;

9.12.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial.

9.12.5. ANEXO V – Declaração conjunta.

**LUCIANO SOARES LOPES**  
**PRESIDENTE**



**ANEXO I - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**  
**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026**

**1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) registro comercial, no caso de empresa individual, ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) ato constitutivo, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim exigir.

**2. REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E ECONÔMICA-FINANCEIRA**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.
- b) Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública Federal conjunta da Procuradoria e Receita Federal, incluindo regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014;
- c) Prova de inscrição para com a Fazenda Estadual (em caso de incidência de tributação de ICMS) ou Municipal (em caso de incidência de tributação pelo ISSQN), caso aplicável
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (em caso de incidência de tributação de ICMS) ou Municipal (em caso de incidência de tributação pelo ISSQN), caso aplicável;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943;
- f) Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/06, serão observados os seguintes procedimentos, se o caso:



- f.1) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da habilitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- f.2) Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for homologado o certame, para regularização da documentação;
- f.3) A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação de regência.

### 3. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- a) Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo responsável pela contratação.
- a.1) A validação dos documentos de habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação à distância, nos termos do Art. 24 da Resolução nº 07/2023.
- a.2) Serão aceitos documentos identificados e assinados digitalmente em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da ICP-Brasil, nos termos do Art. 12, §1º, da Lei 14.133/2021.
- b) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração terá como válidas as **expedidas até 90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- c) Constituem motivos para inabilitação do licitante, ressalvada a hipótese de saneamento da documentação **prevista no item 2. g:**
- c.1) a não apresentação da documentação exigida para habilitação;
- c.2) a apresentação de documentos com prazo de validade vencido;
- c.3) a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;
- c.4) o não cumprimento dos requisitos de habilitação.
- d) Será aceita certidão positiva com efeitos de negativa, conforme art. 206 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional).
- d.1) Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora;



ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

**e)** A licitante deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o contrato.

**e.1)** É vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos em nome da matriz e, válidos para todas as suas filiais.

**f)** Empresas participantes em consórcio deverão entregar, na fase de habilitação:

**f.1)** comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

**f.2)** indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.

MANUETA



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



ANEXO III  
MODELO DE MINUTA DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

MINUTA



ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
 AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026

A empresa ....., endereço....., telefone.  
 .....  
 ,endereço eletrônico (e-mail) ....., para contato, representada por nome  
 .....  
 ,estado  
 .....  
 civil.....,  
 .....  
 profissão.....,  
 .....  
 cargo.....

CPF....., domiciliado....., apresenta a seguinte proposta, conforme especificado no Termo de Referência deste Aviso de Dispensa Eletrônica.  
 Objeto: fornecimento de tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas mostra-se necessária para a execução de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, com as características mínimas constantes do Termo de Referência, deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>VALOR TOTAL GERAL:</b>						

**Obs.: Informar o valor com os tributos aplicados.** Usar duas casas decimais após a vírgula, as demais serão desconsideradas.

1. Declara que, nos preços cotados estão incluídos todas as despesas, diretas e indiretas, encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, bem, ainda, quaisquer outras relativas aos serviços correlatos a esta licitação, nada mais sendo lícito pleitear a esse título. A contratante poderá efetuar as retenções/descontos previstos legalmente.
2. Declara que, por ser de seu conhecimento, submete-se a todas as cláusulas e condições do Edital relativas a licitação supra, bem como, às disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas complementares.
3. Declara que o fornecimento ocorrerá em conformidade com todas as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo II, bem como as normas técnicas e legais aplicáveis.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



..... de ..... de 2026.  
(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)  
Nome e CPF:  
Cargo:

ANUNCIADA



**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA**

A empresa \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, Senhor (a) \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente).

DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela Câmara Municipal de Governador Edison Lobão – MA, Processo administrativo \_\_\_\_/2026, na modalidade DIAPENSA ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/2026, que:

- Atende aos requisitos de habilitação;
- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/21 e artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, observando os quantitativos e percentuais em norma previstos;
- O licitante organizado em cooperativa deve declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei 14.133, de 2021.
- DECLARA que disponibiliza os endereços eletrônicos: \_\_\_\_\_ que deverão ser utilizados para recebimento de mensagens e documentos tais como empenhos, notificações, recursos e demais atos atinentes a eventuais processos administrativos que venham a ser instaurados no curso do contrato. DECLARA, ainda, que possui conhecimento de que pedidos de reequilíbrio de preços e demais questões atinentes aos contratos deverão ser encaminhados ao e-mail: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E  
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)



**DEMONSTRATIVO DE COMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA COM O COMPROMISSO A SER ASSUMIDO.**

Processo de compra direta: Termo de Dispensa nº 001/2026.

Em atenção ao referido processo de compra segue demonstrativo da compatibilidade orçamentária com o compromisso a ser assumido pela Câmara Municipal.

Valor estimado da contratação:

R\$ 14.264,33 (Quatorze mil duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos).

Segue a informação:

Código	Especificação	F.R.-C.A.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
0.00.00	DESPESAS CORRENTES					3.871.000,00
1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				2.690.500,00	
1.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS			2.690.500,00		
1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.500.00.001.001	14.000,00			
1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.500.00.001.001	2.340.000,00			
1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.500.00.001.001	309.500,00			
1.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.500.00.001.001	14.000,00			
1.90.94	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.500.00.001.001	22.000,00			
2.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA				11.000,00	
3.2.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS			11.000,00		
4.2.90.21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	1.500.00.001.001	11.000,00			
3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.160.500,00	
3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS			1.160.500,00		
3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL	1.500.00.001.001	56.500,00			
3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1.500.00.001.001	346.000,00			
3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.500.00.001.001	30.000,00			
3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500.00.001.001	146.000,00			
3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500.00.001.001	960.000,00			
3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.500.00.001.001	22.000,00			
4.00.00	DESPESAS DE CAPITAL					406.500,00
4.4.00.00	INVESTIMENTOS				406.500,00	
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS			406.500,00		
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.500.00.001.001	173.000,00			
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.500.00.001.001	233.500,00			
TOTAL						4.277.500,00

Governador Edison Lobão, 02 de fevereiro de 2026.

*Thiago Sousa Pereira*  
Thiago Sousa Pereira  
Contador.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO  
PODER LEGISLATIVO



PARECER JURÍDICO LICITATÓRIO Nº 001/2026

Processo nº: 001/2026

**Interessado:** Presidência da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão

Análise técnico-jurídica de legalidade. Contratação Direta por Dispensa de Licitação (Art. 75, II, Lei nº 14.133/2021).

**EMENTA:**

DIREITO ADMINISTRATIVO. ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR (ART. 75, II, LEI Nº 14.133/2021). VERIFICAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS DE VALIDADE: INSTRUÇÃO PROCESSUAL, COMPATIBILIDADE DE VALORES COM O MERCADO E ENQUADRAMENTO NO LIMITE LEGAL. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E PUBLICIDADE. PARECER PELA LEGALIDADE, DESDE QUE OBSERVADAS AS DIRETRIZES TÉCNICAS E COMPROVADA A REGULARIDADE DA PESQUISA DE PREÇOS.

**I - RELATÓRIO**

Submete-se a esta Assessoria Jurídica o Processo Administrativo nº 001/2026, que visa à contratação direta, por dispensa de licitação, de empresa para o fornecimento de materiais de construção para a manutenção predial desta Câmara Municipal.

O procedimento fundamenta-se na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), especificamente no art. 75, inciso II. O objetivo deste parecer é analisar a legalidade dos aspectos técnicos e materiais do procedimento, com foco na instrução processual e na validade dos valores propostos.

**II - FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA**

A contratação direta, embora dispense o procedimento licitatório formal, exige uma instrução processual rigorosa que demonstre o cumprimento de todos os requisitos legais. A análise a seguir foca nesses pontos essenciais.

**1. Da Instrução Processual e Pressupostos de Validade**

A dispensa de licitação não significa ausência de processo. O art. 72 da Lei nº 14.133/2021 exige que o processo de contratação direta seja instruído com, no mínimo, os seguintes elementos:

- **Documento de formalização da demanda** e, se for o caso, estudo técnico preliminar e análise de riscos;

Kalcer



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO  
PODER LEGISLATIVO



- **Estimativa da despesa**, que deve ser calculada por meio de uma **robusta pesquisa de preços**;
- **Parecer jurídico e pareceres técnicos**, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- **Comprovação da disponibilidade de dotação orçamentária**;
- **Comprovação dos requisitos de habilitação** do contratado;
- **Razão da escolha do contratado e justificativa do preço**.

**Recomendação:** É mandatório que a Administração se certifique de que todos os documentos acima listados constem nos autos do processo, garantindo a devida motivação e a legalidade formal da contratação.

## 2. Da Análise dos Valores e do Enquadramento Legal

Este é o ponto central da contratação por dispensa em razão do valor.

- **Limite Legal:** A contratação com base no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, é permitida para fornecimentos cujo valor **não ultrapasse o limite legal vigente** (atualmente fixado em R\$ 59.965,92, conforme Decreto nº 11.871/2023).
  - **Análise:** O valor total da contratação, correspondente à soma de todos os itens do objeto, **deve ser verificado e confirmado como inferior a este teto**. A validade de todo o procedimento depende dessa conformidade.
- **Justificativa e Compatibilidade dos Preços:** O edital apresenta valores unitários e totais para os itens, como "Tinta acrílica BF c/ 18L" a R\$ 581,67 a unidade.
  - **Análise:** A legalidade desses valores não é presumida. A Administração tem o dever de demonstrar que eles são **compatíveis com os praticados no mercado**. A ausência de uma pesquisa de preços adequada pode configurar **sobrepreço** e levar à responsabilização dos agentes públicos envolvidos. A pesquisa de preços, conforme o art. 23 da Lei e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, deve ser ampla, utilizando-se de parâmetros como contratações similares de outros órgãos, cotações com fornecedores, e/ou preços de portais de compras governamentais.
  - **Recomendação:** A pesquisa de preços que embasou os valores de referência do edital **deve estar formalmente anexada ao processo**. Ela é o principal documento para justificar a economicidade e a legalidade da despesa.

## 3. Dos Requisitos de Habilitação e Publicidade

- **Habilitação:** O edital prevê a consulta a cadastros de empresas inidôneas e punidas (CEIS, CNEP, CNJ), além da exigência de regularidade fiscal e trabalhista. Esta é uma prática correta e alinhada aos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021. A Administração deve, na fase de habilitação, executar rigorosamente essas verificações.
- **Publicidade:** Conforme o art. 176 da Lei, sendo um município de pequeno porte, a publicação em diário oficial é requisito de eficácia do ato. A sua não observância representa vício de publicidade, podendo comprometer a validade do procedimento.

Kalsc



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO  
PODER LEGISLATIVO



### III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica **opina pela legalidade e pela possibilidade de prosseguimento** da contratação direta, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, **desde que sejam rigorosamente observadas as seguintes condições técnicas e legais:**

1. **Instrução Processual Completa:** O processo administrativo deve conter todos os documentos exigidos pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021, em especial a dotação orçamentária.
2. **Comprovação da Pesquisa de Preços:** A Administração deve juntar aos autos a pesquisa de preços formal que justifique os valores de referência do edital, demonstrando sua compatibilidade com o mercado.
3. **Verificação do Valor Total:** O valor global da contratação deve ser confirmado como inferior ao limite legal para dispensa de licitação (atualmente R\$ 59.965,92).
4. **Publicação em Diário Oficial:** O extrato do edital deve ser publicado em diário oficial, juntando-se o comprovante ao processo.

Adicionalmente, recomenda-se que, após a contratação, seja **designado formalmente um servidor como fiscal do contrato**, conforme exigem os artigos 104 e 117 da Lei nº 14.133/2021, para acompanhar a execução do objeto.

Este parecer possui caráter opinativo, não vinculando a decisão da autoridade competente, a quem cabe a palavra final.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Governador Edison Lobão, 02 de fevereiro de 2026.

Atenciosamente,

  
KALÉBE LEDA ALMEIDA

Assessor Jurídico

Portaria 01/2025



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
GABINETE DA PRESIDENCIA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



## DESPACHO

Em conformidade com as justificativas e fundamentações apresentadas no termo de referência, considerando terem sido sanadas e retificados no aviso de dispensa eletrônica os apontamentos relacionados no parecer jurídico, AUTORIZO a publicação do aviso para realização da presente Dispensa Eletrônica, em conformidade com o **artigo 75, inciso II**, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais resoluções e legislações aplicadas e suas alterações.

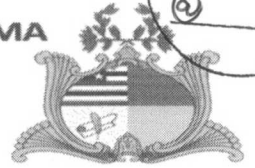
Governador Edison Lobão, 02 fevereiro de 2026.

  
LUCIANO SOARES LOPES  
Presidente



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Instituído pela lei municipal nº 122/2023, de 23 de Junho de 2023



CMGEL  
Fls. 48  
2

Quinta, 19 de fevereiro de 2026 | VOL: 3 | Nº 479

## Índice

SECRETARIA.....	2
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO .....	2
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026.....	2
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026.....	2





SECRETARIA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026  
(RETIFICAÇÃO)

1. PREÂMBULO 1.1 A Câmara Municipal de Governador Edison Lobão, Estado de Maranhão, inscrita no CNPJ nº 01.616.688/0001-00, torna público que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, e demais normas aplicáveis. Período para entrega da proposta: do dia 26/02/2026, as 08h até o dia 02/03/2026, até as 18h, Endereço eletrônico: dispensa@cmgovernadoreidsonlobao.ma.gov.br Objeto: fornecer tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas, a mesma mostra-se necessária para a execução de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, conforme modelo padrão. Forma e critério de seleção do fornecedor: O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO- Por Item. Forma de fornecimento: integral. Exclusiva ME/EPP/EQUIPARADAS: ( X ) sim. A participação nesta contratação é destinada exclusivamente às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do artigo 48, I da Lei Complementar nº123/2006, alterada pela Lei Complementar nº147/2014, legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta contratação, que atendam a todas as exigências contidas neste termo e que apresentem a documentação solicitada no local e dia informado neste termo. Para as licitações exclusivas para Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs), consideramos como fornecedor local ou regional aquele que se enquadrar nos critérios estabelecidos no § 2º do artigo 1º do Decreto

Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, considerando como regional o Estado de Maranhão. 2. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA 2.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a fornecer tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas, a mesma mostra-se necessária para a execução de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, e em condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Publicado por: LUCIANO SOARES LOPES

Código identificador: SJ/YXZr4hsGp

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026  
(RETIFICAÇÃO)

1. PREÂMBULO 1.1 A Câmara Municipal de Governador Edison Lobão, Estado de Maranhão, inscrita no CNPJ nº 01.616.688/0001-00, torna público que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, e demais normas aplicáveis. Período para entrega da proposta: do dia 26/02/2026 às 08h até o dia 02/03/2026 até às 18h, Endereço eletrônico: dispensa@cmgovernadoreidsonlobao.ma.gov.br Objeto: fornecer lanches tipo coffe break destinados a atender as necessidades da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, conforme modelo padrão. Forma e critério de seleção do fornecedor: O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO- Por Item. Forma de fornecimento: integral. Exclusiva ME/EPP/EQUIPARADAS: ( X ) sim. A participação nesta contratação é destinada exclusivamente às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do artigo 48, I da Lei Complementar nº123/2006, alterada pela Lei Complementar nº147/2014, legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta contratação, que





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO  
PODER LEGISLATIVO



CMGEL  
Fls. 45  
@

- **Estimativa da despesa**, que deve ser calculada por meio de uma **robusta pesquisa de preços**;
- **Parecer jurídico e pareceres técnicos**, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- **Comprovação da disponibilidade de dotação orçamentária**;
- **Comprovação dos requisitos de habilitação** do contratado;
- **Razão da escolha do contratado e justificativa do preço**.

**Recomendação:** É mandatório que a Administração se certifique de que todos os documentos acima listados constem nos autos do processo, garantindo a devida motivação e a legalidade formal da contratação.

## 2. Da Análise dos Valores e do Enquadramento Legal

Este é o ponto central da contratação por dispensa em razão do valor.

- **Limite Legal:** A contratação com base no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, é permitida para fornecimentos cujo valor **não ultrapasse o limite legal vigente** (atualmente fixado em R\$ 59.965,92, conforme Decreto nº 11.871/2023).
  - **Análise:** O valor total da contratação, correspondente à soma de todos os itens do objeto, **deve ser verificado e confirmado como inferior a este teto**. A validade de todo o procedimento depende dessa conformidade.
- **Justificativa e Compatibilidade dos Preços:** O edital apresenta valores unitários e totais para os itens, como "Tinta acrílica BF c/ 18L" a R\$ 581,67 a unidade.
  - **Análise:** A legalidade desses valores não é presumida. A Administração tem o dever de demonstrar que eles são **compatíveis com os praticados no mercado**. A ausência de uma pesquisa de preços adequada pode configurar **sobrepço** e levar à responsabilização dos agentes públicos envolvidos. A pesquisa de preços, conforme o art. 23 da Lei e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, deve ser ampla, utilizando-se de parâmetros como contratações similares de outros órgãos, cotações com fornecedores, e/ou preços de portais de compras governamentais.
  - **Recomendação:** A pesquisa de preços que embasou os valores de referência do edital **deve estar formalmente anexada ao processo**. Ela é o principal documento para justificar a economicidade e a legalidade da despesa.

## 3. Dos Requisitos de Habilitação e Publicidade

- **Habilitação:** O edital prevê a consulta a cadastros de empresas inidôneas e punidas (CEIS, CNEP, CNJ), além da exigência de regularidade fiscal e trabalhista. Esta é uma prática correta e alinhada aos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021. A Administração deve, na fase de habilitação, executar rigorosamente essas verificações.
- **Publicidade:** Conforme o art. 176 da Lei, sendo um município de pequeno porte, a publicação em diário oficial é requisito de eficácia do ato. A sua não observância representa vício de publicidade, podendo comprometer a validade do procedimento.

Kalser



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO  
PODER LEGISLATIVO



### III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica **opina pela legalidade e pela possibilidade de prosseguimento** da contratação direta, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, desde que sejam rigorosamente observadas as seguintes condições técnicas e legais:

1. **Instrução Processual Completa:** O processo administrativo deve conter todos os documentos exigidos pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021, em especial a dotação orçamentária.
2. **Comprovação da Pesquisa de Preços:** A Administração deve juntar aos autos a pesquisa de preços formal que justifique os valores de referência do edital, demonstrando sua compatibilidade com o mercado.
3. **Verificação do Valor Total:** O valor global da contratação deve ser confirmado como inferior ao limite legal para dispensa de licitação (atualmente R\$ 59.965,92).
4. **Publicação em Diário Oficial:** O extrato do edital deve ser publicado em diário oficial, juntando-se o comprovante ao processo.

Adicionalmente, recomenda-se que, após a contratação, seja **designado formalmente um servidor como fiscal do contrato**, conforme exigem os artigos 104 e 117 da Lei nº 14.133/2021, para acompanhar a execução do objeto.

Este parecer possui caráter opinativo, não vinculando a decisão da autoridade competente, a quem cabe a palavra final.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Governador Edison Lobão, 02 de fevereiro de 2026.

Atenciosamente,

  
KALÉBE LEDA ALMEIDA

Assessor Jurídico

Portaria 01/2025



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
GABINETE DA PRESIDENCIA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



## DESPACHO

Em conformidade com as justificativas e fundamentações apresentadas no termo de referência, considerando terem sido sanadas e retificados no aviso de dispensa eletrônica os apontamentos relacionados no parecer jurídico, AUTORIZO a publicação do aviso para realização da presente Dispensa Eletrônica, em conformidade com o **artigo 75, inciso II**, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais resoluções e legislações aplicadas e suas alterações.

Governador Edison Lobão, 02 fevereiro de 2026.

LUCIANO SOARES LOPES

Presidente

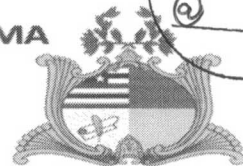


ESTADO DO MARANHÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDSON LOBÃO - MA

# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Instituído pela lei municipal nº 122/2023, de 23 de Junho de 2023



CMGEL  
Fls. 48  
2

Quinta, 19 de fevereiro de 2026 | VOL: 3 | Nº 479

## Índice

SECRETARIA.....	2
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO .....	2
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026.....	2
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026.....	2





SECRETARIA



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026

1. PREÂMBULO

1.1 A Câmara Municipal de Governador Edison Lobão, Estado de Maranhão, inscrita no CNPJ nº 01.616.688/0001-00, torna público que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, e demais normas aplicáveis. Período para entrega da proposta: do dia 20/02/2026, as 09h até o dia 25/02/2026, até as 09h, Endereço eletrônico: [dispensa@cmgovernadoredisonlobao.ma.gov.br](mailto:dispensa@cmgovernadoredisonlobao.ma.gov.br) Objeto: fornecer tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas, a mesma mostra-se necessária para a execução de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, conforme modelo padrão.

Forma e critério de seleção do fornecedor:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO- Por Item. Forma de fornecimento: integral.

Exclusiva ME/EPP/EQUIPARADAS: ( X ) sim. A participação nesta contratação é destinada exclusivamente às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do artigo 48, I da Lei Complementar nº123/2006, alterada pela Lei Complementar nº147/2014, legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta contratação, que atendam a todas as exigências contidas neste termo e que apresentem a documentação solicitada no local e dia informado neste termo.

Para as licitações exclusivas para Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs), consideramos como fornecedor local ou regional aquele que se enquadrar nos critérios estabelecidos no § 2º do artigo 1º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, considerando como regional o Estado de Maranhão.

2. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a fornecer tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas, a mesma mostra-se necessária para a execução de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, e em condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Publicado por: Luciano Soares Lopes

Código identificador: \$0oEUwE6Qy6t

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026

## 1. PREÂMBULO

1.1 A Câmara Municipal de Governador Edison Lobão, Estado de Maranhão, inscrita no CNPJ nº 01.616.688/0001-00, torna público que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, e demais normas aplicáveis. Período para entrega da proposta: do dia 20/02/2026 às 10h até o dia 25/02/2026 até às 10h, Endereço eletrônico: [dispensa@cmgovernadoreidsonlobao.ma.gov.br](mailto:dispensa@cmgovernadoreidsonlobao.ma.gov.br) Objeto: fornecer lanches tipo coffe break destinados a atender as necessidades da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, conforme modelo padrão.

Forma e critério de seleção do fornecedor:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO- Por Item. Forma de fornecimento: integral.

Exclusiva ME/EPP/EQUIPARADAS: ( X ) sim. A participação nesta contratação é destinada exclusivamente às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do artigo 48, I da Lei Complementar nº123/2006, alterada pela Lei Complementar nº147/2014, legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta contratação, que atendam a todas as exigências contidas neste termo e que apresentem a documentação solicitada no local e dia informado neste termo.

Para as licitações exclusivas para Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs), consideramos como fornecedor local ou regional aquele que se enquadrar nos critérios estabelecidos no § 2º do artigo 1º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, considerando como regional o Estado de Maranhão.

## 2. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a fornecer lanches tipo coffe break destinados a atender as necessidades da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, e em condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Publicado por: Luciano Soares Lopes

Código identificador: \$tQQQ6BzXKo3





Estado do Maranhão  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO



## DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICIPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBAO CAMARA MUN  
Gabinete da Presidência  
R URBANO ROCHA, S/N, GOVERNADOR EDISON LOBAO - MA  
Cep: 65.928-000

**LUCIANO SOARES LOPES**  
Presidente da Câmara

**André da Silva Cardoso**

Informações: [camara@cmgovernadorelisonlobao.ma.gov.br](mailto:camara@cmgovernadorelisonlobao.ma.gov.br)

MUNICIPIO DE  
GOVERNADOR EDISON  
LOBAO CAMARA  
MUNIC:01616688000100

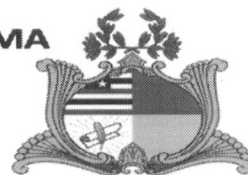
/C=BR/O=ICP-Brasil/ST=MA/L=Governador  
Edison Lobao/OU=AC SOLUTI Multipla v5/OU=  
14592578000199/OU=Videoconferencia/OU=Cert  
ificado PJ A1/CN=MUNICIPIO DE  
GOVERNADOR EDISON LOBAO CAMARA  
MUNIC:01616688000100 Data:19.02.2026 21:09





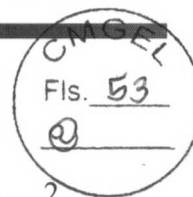
# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Instituído pela lei municipal nº 122/2023, de 23 de Junho de 2023



Quarta, 25 de fevereiro de 2026 | VOL: 3 | Nº 483

## Índice



SECRETARIA.....	2
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO .....	2
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026.....	2
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026.....	2





atendam a todas as exigências contidas neste termo e que apresentem a documentação solicitada no local e dia informado neste termo. Para as licitações exclusivas para Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs), consideramos como fornecedor local ou regional aquele que se enquadrar nos critérios estabelecidos no § 2º do artigo 1º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, considerando como regional o Estado de Maranhão. 2. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA 2.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a fornecer lanches tipo coffe break destinados a atender as necessidades da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, e em condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Publicado por: LUCIANO SOARES LOPES

Código identificador: SycbOcnkeFel





Estado do Maranhão  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBAO CAMARA MUN  
Gabinete da Presidência  
R URBANO ROCHA, S/N, GOVERNADOR EDISON LOBAO - MA  
Cep: 65.928-000

LUCIANO SOARES LOPES  
Presidente da Câmara

André da Silva Cardoso

Informações: [camara@cmgovernadorelsonlobao.ma.gov.br](mailto:camara@cmgovernadorelsonlobao.ma.gov.br)

MUNICÍPIO DE  
GOVERNADOR EDISON  
LOBAO CAMARA  
MUNIC:01616688000100

/C=BR/O=ICP-Brasil/ST=MA/L=Governador  
Edison Lobao/OU=AC SOLUTI Multipla v5/OU=  
14592578000199/OU=Videoconferencia/OU=Cert  
ificado PJ A1/CN=MUNICÍPIO DE  
GOVERNADOR EDISON LOBAO CAMARA  
MUNIC:01616688000100 Data:25.02.2026 21:09





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA**  
**CNPJ: 01.616.688/0001-00**

**EDITAL DO PROCESSO DE DISPENSA Nº001/2026**

**(RETIFICADO)**

A Câmara Municipal de Governador Edison Lobão, torna público que através de seu Ordenador de Despesas, o Exmo. Sr. Presidente, Luciano Soares Lopes, ora denominado AUTORIDADE COMPETENTE, que, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, com Lei Complementar n.º 123/2006 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

De acordo com o art. 176 da Lei nº 14.133/2021, os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para adotarem o PNCP e observarem as regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios devem: publicar, em diário oficial, as informações que a Lei nº 14.133/2021 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato; disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº001/2026  
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026

**(RETIFICADO)**

JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

**Link:** <https://webmail-seguro.com.br/cmgobernadoreidisonlobao.ma.gov.br/>  
**E-mail:** [dispensa@cmgobernadoreidisonlobao.ma.gov.br](mailto:dispensa@cmgobernadoreidisonlobao.ma.gov.br)

**Fase de Propostas: Início dia 26/02/2026 às 08h e encerramento dia 02/03/2026 às 08h**  
**Fase de Lances: - Início dia 02/03/2026 às 08h e encerramento às 02/03/2026 às 18h**

**OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação para fornecer tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas, a mesma mostra-se necessária para a execução de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações dos itens/objetos.

Item	Descrição	Quant.	Und	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Tinta acrílica BF c/ 18L	12	UN	R\$ 581,67	R\$ 6.980,00



Item	Descrição	Quant.	Und	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
02	Esmalte sintético branca 3,6L	08	UN	R\$ 143,33	R\$ 1.146,67
03	Massa corrida PVA 25kg	08	UN	R\$ 50,33	R\$ 402,67
04	Argamassa ACI-3 20 kg	15	UND	R\$ 46,67	R\$ 700,00
05	Kit lixas (trincha/rolo)	08	UN	R\$ 35,83	R\$ 286,67
06	Esmalte sintético vermelho 3,6L	08	UN	R\$ 143,33	R\$ 1.146,67
07	Esmalte sintético azul 3,6L	15	UN	R\$ 143,33	R\$ 2.150,00
08	Tinta acrílica amarela 3,6L	08	UN	R\$ 143,33	R\$ 1.146,67
09	Thinner/diluyente 1L	15	UN	R\$ 20,33	R\$ 305,00
(Quatorze mil duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos)					R\$ 14.264,33

#### DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2. A participação na presente dispensa eletrônica se dará, disponível no endereço eletrônico [dispensa@cmgovernadoredisonlobao.ma.gov.br](mailto:dispensa@cmgovernadoredisonlobao.ma.gov.br)

2.1. Os fornecedores deverão encaminhar previamente no e-mail [dispensa@cmgovernadoredisonlobao.ma.gov.br](mailto:dispensa@cmgovernadoredisonlobao.ma.gov.br)

2.2. As contratações poderão ser realizadas por meio eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado, devendo a operacionalização e uso do sistema ficar a cargo do licitante.

2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante sobre a Dispensa, não cabendo ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.4. **Todos os itens desta Contratação são destinados à** participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 47, inciso I, e art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5. Além das vedações estabelecidas pelo art. 9º, §1º e §2º da Lei Federal Nº 14.133/21, não será permitido, conforme previsto no artigo 14 da mesma Lei, a participação de fornecedores:

2.5.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s); estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



**2.5.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.5.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.5.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

**2.5.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.5.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o item 2.5.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem aos itens 2.5.2. e 2.5.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como em cargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

**2.6.** Será realizada pesquisa junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e



Suspensas), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade), CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), e na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de Maranhão, para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, nos termos do art. 17 da Resolução nº 07/2023.

### **INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa se dará com o anexo de sua proposta inicial e demais documentos via e-mail, na forma deste item.

3.1. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio de e-mail, a documentação de habilitação e sua proposta com a descrição dos itens/objetos ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.1.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

3.2. Todas as especificações dos itens/objetos contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos itens;

3.3.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este termo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.7. No da documentação de habilitação e proposta inicial, o fornecedor deverá, também,



assinar todos as declarações e propostas, e ainda encaminhar juntamente com os documentos de habilitação e proposta reajustada sob pena de inabilitação às seguintes declarações:

- 3.7.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.7.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do benefício da contratação exclusiva prevista no art. 47, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 3.7.3. que está ciente e concorda com as condições contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;
- 3.7.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 3.7.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/21 e artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

#### FASE DE LANCES

4. A partir da data e horário estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta para análises de documentação enviada sendo de inteira responsabilidade dos licitantes o envio de toda documentação legível, sendo encerrado no horário de finalização da análise também já previsto neste aviso.

4.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário de cada item**;

4.2. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado.

4.2.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.4. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.5. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

4.6. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, em ordem crescente de classificação.

4.6.1. O encerramento da fase de lances no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.



## JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação dos itens/objetos e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.1. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.1.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.

5.2. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.4.1. contiver vícios insanáveis;

5.4.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.4.3. apresentar preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.5.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos



e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.7.3. Não serão aceitas modificações na marca e modelo inicialmente constantes na proposta comercial, por alterar a substância da proposta.

5.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações dos itens/objetos, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.10. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, iniciar-se-á a fase de habilitação e qualificação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## HABILITAÇÃO

6. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação e qualificação técnica constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.1. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de até 2h (duas horas) após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.



6.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.4. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, para análise minuciosa dos documentos exigidos sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.5.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações dos itens/objetos e as condições de habilitação.

6.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.7. O fornecedor que não comprovar as exigências de qualificação técnica será desclassificado, não se procedendo ao exame dos documentos de habilitação.

## **DA CONTRATAÇÃO**

7. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.1. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.1.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.2.1. referida Nota ou instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

7.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;



7.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 a 139 da mesma Lei.

7.3. O prazo de vigência da contratação é de 10 (dez) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos deste Aviso de Contratação Direta.

## DAS SANÇÕES

8. Da Resolução da Autorização de Fornecimento:

8.1. A resolução unilateral da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, em substituição ao contrato, conforme previsto no artigo 95, da Lei 14.133/2021, se dará por ato unilateral e escrito da Administração, por descumprimento do decorrente, exceto quando causado pela sua própria conduta devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

8.2. Do impedimento de licitar e contratar:

8.2.1. Ficará impedida de licitar e contratar, nos termos do artigo 156, III da Lei 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos, a pessoa física ou jurídica que praticar as seguintes infrações legais previstas no artigo 155:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega dos itens/objetos da licitação sem motivo justificado;

8.3. Das multas:

8.3.1. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

8.3.2. Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

8.3.3. O atraso injustificado na entrega dos itens/objetos, sem prejuízo do disposto no item 8.1, sujeitará a contratada/detentora à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte



proporção:

- 8.3.3.1.** de 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;
- 8.3.3.2.** superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à do subitem
- 8.3.3.1.** Após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução total, aplicando-se o disposto no item 83.1. cumulativamente a este.
- 8.3.3.3.** Os itens não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração, que será em até 02 dois dias, contados do recebimento da notificação.
- 8.3.3.4.** Parágrafo único – A não ocorrência de substituição ou regularização dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no item 8.3.3.1., considerando-se a mora nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido deste item.
- 8.3.4.** O pedido de prorrogação de prazo final da entrega dos itens/objetos somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.
- 8.3.5.** As multas referidas neste Edital não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 8.4.** Da Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar:
- 8.4.1.** Será considerado inidôneo para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV da Lei 14.133/2021, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis), a pessoa física ou jurídica que praticar as infrações legais previstas no artigo 155, incisos VIII ao XII do mesmo diploma legal:
- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.4.2.** A sanção estabelecida no item anterior será precedida de análise jurídica, considerando reincidências de faltas, sua natureza e gravidade, e observará as regras previstas do § 6º ao § 9º do art. 156 da Lei 14.133/2021.

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**9.** O procedimento será divulgado no <https://webmail-seguro.com.br/cmgobernadoreidisonlobao.ma.gov.br/> e os licitantes interessados encaminharam sua documentação correspondente de acordo com sua linha de fornecimento via email [dispensa@cmgobernadoreidisonlobao.ma.gov.br](mailto:dispensa@cmgobernadoreidisonlobao.ma.gov.br).



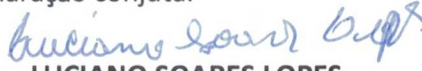
- 9.1.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento F racassado), a Administração poderá:
- 9.1.1.** republicar o presente aviso com uma nova data;
- 9.1.2.** valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
- 9.1.2.1.** No caso do item anterior, a contratação poderá ser operacionalizada fora deste procedimento.
- 9.1.3.** fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.2.** As providências dos itens **9.1.1** e **9.1.2** acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados, caracterizando procedimento deserto.
- 9.3.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.4.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.6.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de documentação observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no e-mail e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.8.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.9.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA**  
**CNPJ: 01.616.688/0001-00**



- 9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.11. Da sessão pública será divulgada em Ata no sistema eletrônico.
- 9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.12.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
- 9.12.2. ANEXO II – Termo de Referência;
- 9.12.3. ANEXO III – Minuta de Contrato ou Instrumento Equivalente;
- 9.12.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial.
- 9.12.5. ANEXO V – Declaração conjunta.

  
**LUCIANO SOARES LOPES**  
**PRESIDENTE**



**ANEXO I - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**  
**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026**

**1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) registro comercial, no caso de empresa individual, ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) ato constitutivo, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim exigir.

**2. REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E ECONÔMICA-FINANCEIRA**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.
- b) Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública Federal conjunta da Procuradoria e Receita Federal, incluindo regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014;
- c) Prova de inscrição para com a Fazenda Estadual (em caso de incidência de tributação de ICMS) ou Municipal (em caso de incidência de tributação pelo ISSQN), caso aplicável
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (em caso de incidência de tributação de ICMS) ou Municipal (em caso de incidência de tributação pelo ISSQN), caso aplicável;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943;
- f) Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/06, serão observados os seguintes procedimentos, se o caso:



f.1) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da habilitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

f.2) Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for homologado o certame, para regularização da documentação;

f.3) A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação de regência.

### 3. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

a) Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo responsável pela contratação.

a.1) A validação dos documentos de habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação à distância, nos termos do Art. 24 da Resolução nº 07/2023.

a.2) Serão aceitos documentos identificados e assinados digitalmente em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da ICP-Brasil, nos termos do Art. 12, §1º, da Lei 14.133/2021.

b) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração terá como válidas as **expedidas até 90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

c) Constituem motivos para inabilitação do licitante, ressalvada a hipótese de saneamento da documentação **prevista no item 2. g**:

c.1) a não apresentação da documentação exigida para habilitação;

c.2) a apresentação de documentos com prazo de validade vencido;

c.3) a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

c.4) o não cumprimento dos requisitos de habilitação.

d) Será aceita certidão positiva com efeitos de negativa, conforme art. 206 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional).

d.1) Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora;



ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

**e)** A licitante deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o contrato.

**e.1)** É vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos em nome da matriz e, válidos para todas as suas filiais.

**f)** Empresas participantes em consórcio deverão entregar, na fase de habilitação:

**f.1)** comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

**f.2)** indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



ANEXO III  
MODELO DE MINUTA DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE



ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026

A empresa ....., endereço....., telefone.  
.....  
, endereço eletrônico (e-mail) ....., para contato, representada por nome  
.....  
, estado  
.....  
civil.....,  
.....  
profissão.....,  
.....  
cargo.....

CPF....., domiciliado....., apresenta a seguinte proposta, conforme especificado no Termo de Referência deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

Objeto: fornecimento de tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas mostra-se necessária para a execução de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, com as características mínimas constantes do Termo de Referência, deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>VALOR TOTAL GERAL:</b>						

**Obs.: Informar o valor com os tributos aplicados.** Usar duas casas decimais após a vírgula, as demais serão desconsideradas.

1. Declara que, nos preços cotados estão incluídos todas as despesas, diretas e indiretas, encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, bem, ainda, quaisquer outras relativas aos serviços correlatos a esta licitação, nada mais sendo lícito pleitear a esse título. A contratante poderá efetuar as retenções/descontos previstos legalmente.

2. Declara que, por ser de seu conhecimento, submete-se a todas as cláusulas e condições do Edital relativas a licitação supra, bem como, às disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas complementares.

3. Declara que o fornecimento ocorrerá em conformidade com todas as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo II, bem como as normas técnicas e legais aplicáveis.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA**  
**CNPJ: 01.616.688/0001-00**



....., ..... de ..... de 2026.  
(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)

Nome e CPF:

Cargo:



**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA**

A empresa \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, Senhor (a) \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente).

DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela Câmara Municipal de Governador Edison Lobão – MA, Processo administrativo \_\_\_\_/2026, na modalidade DIAPENSA ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/2026, que:

- Atende aos requisitos de habilitação;
- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- Não emprega menor de 18 anos em trabalho perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/21 e artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, observando os quantitativos e percentuais em norma previstos;

- O licitante organizado em cooperativa deve declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei 14.133, de 2021.

- DECLARA que disponibiliza os endereços eletrônicos: \_\_\_\_\_ que deverão ser utilizados para recebimento de mensagens e documentos tais como empenhos, notificações, recursos e demais atos atinentes a eventuais processos administrativos que venham a ser instaurados no curso do contrato. DECLARA, ainda, que possui conhecimento de que pedidos de reequilíbrio de preços e demais questões atinentes aos contratos deverão ser encaminhados ao e-mail: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E  
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>47.449.810/0001-93</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>06/08/2022</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>L ALENCAR DE ARAUJO LTDA</b>
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>LC MATERIAIS PARA CONSTRUCAO</b>	PORTE <b>ME</b>
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas</b> <b>47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios</b> <b>47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas</b> <b>47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>
---

LOGRADOURO <b>10 R RUA DA TORRE</b>	NÚMERO <b>59</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
--	---------------------	-----------------------------

CEP <b>65.928-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>GOVERNADOR EDISON LOBAO</b>	UF <b>MA</b>
--------------------------	----------------------------------	---	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>LEIDIANE.ALENCAR@HOTMAIL.COM.BR</b>	TELEFONE <b>(99) 8490-3376</b>
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>
---

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>06/08/2022</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 17/07/2024 às 08:45:36 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## ATO CONSTITUTIVO POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO

### L ALENCAR DE ARAUJO LTDA

**LEIDIANE ALENCAR DE ARAUJO LTDA**, brasileira, separada judicialmente, natural de Imperatriz - MA, nascido em 12/02/1988 comerciante, residente e domiciliado na cidade de Governador Edison Lobão - MA, á Rua da Torre, 59 A, Bairro Centro, CEP 65.928-000, portador da Carteira de Identidade nº 272671220045 – SSP - MA e CPF nº 019.199.493-64, empresário, com sede na Rua da Torre, nº 59, Bairro Centro, CEP 65.928-000 em Governador Edison Lobão - MA, inscrita na Junta Comercial do Estado do Maranhão, no CNPJ sob nº 47.449.810/0001-93, ora transforma seu registro de **EMPRESARIO INDIVIDUAL** em **SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA** a qual se regerá, doravante, pelo presente **CONTRATO SOCIAL**

**CLAUSULA PRIMEIRA** – A Empresa girará sob novo nome empresarial de **L ALENCAR DE ARAUJO LTDA** com sede e domicilio na Rua da Torre, nº 59, Bairro Centro, CEP 65.928-000 em Governador Edison Lobão - MA

**Parágrafo primeiro** – A empresa poderá ter filiais e escritórios, construir representantes nesta ou em qualquer outra cidade no Brasil.

**CLAUSULA SEGUNDA** - Por força da presente alteração, o Capital Social de R\$ 15.000,00(Quinze Mil Reais) que fica totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país pela sócia da seguinte forma.

Socio	Cota	%	Valor
LEIDIANE ALENCAR DE ARAUJO	15.000	100	15.000,00
<b>TOTAIS</b>	<b>15.000</b>	<b>100</b>	<b>15.000,00</b>

**Parágrafo Único** – A responsabilidade da sócia é restrita ao valor de suas cotas, mas responde solidariamente pela integralização do Capital Social, na forma da legislação vigente.

**CLAUSULA TERCEIRA** O objetivo da empresa será , Comercio varejista de materiais de construção em geral, Comercio varejista de calçados, Comercio varejista de ferragens e ferramentas, Comercio varejista de artigos do vestuário e acessórios, Comercio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas.

**CLAUSULA QUARTA** – A empresa iniciou suas atividades em 06/08/2022 e através deste instrumento prosseguirá transformada para Sociedade Empresária Limitada a partir da data de deferimento do presente instrumento pela Junta Comercial do Estado do Maranhão e seu prazo de duração é indeterminado.

**CLAUSULA QUINTA** - A administração da empresa será exercida pela socia, **LEIDIANE ALENCAR DE ARAUJO**, com poderes e atribuições de ADMINSTRADOR, que ficará incumbida de exercer todos aos atos pertinentes e necessários ao exercício das atividades ora assumidas, bem como, representa-la, judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente perante todas as



## L ALENCAR DE ARAUJO LTDA

repartições e instituições financeiras, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades entranhas ao interesse social.

**CLAUSULA SEXTA** – As retiradas “ Pro – labore”, serão estipuladas por consenso entre os quotistas que resolverão sobre o valor das mesmas de acordo com o critério que julgarem conveniente.

**CLAUSULA SETIMA** - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando – se em 31(Trinta e Um) de dezembro de cada ano, quando será procedida a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

**Parágrafo Segundo** - A destinação do Lucro líquido a que se refere o parágrafo anterior dar-se –á proporcionalmente a participação da sócia no capital.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de prejuízo, este será suportado pela sócia na proporção de quotas de capital.

**CLAUSULA OITAVA-** A cada cota do capital social corresponde a um voto nas deliberações da sociedade.

**Parágrafo Único** – Nos termos do disposto no artigo 1.076 - § I e II da lei 10.406/02, o presente contrato poderá ser alterado, inclusive para transformação do tipo societário, assim como na ocorrência dos eventos de cisão , fusão ou incorporação com outras sociedades ou em outras sociedades ou ainda para dissolução da sociedade pela vontade da sócia, por votos representados por no mínimo  $\frac{3}{4}$ (três quartos) das quotas de capital da sociedade. Nos demais casos as deliberações deverão ser tomadas por sócios que representem mais de 50%(cinquenta por cento do capital social).

**CLAUSULA NONA-** A quota de capital da sócia é indivisível em relação à sociedade, não podendo ser cedida ou transferida a terceiros sem o consentimento dos da sócia, a quem fica assegurado o direito de preferência, em igualdade de condições e preço. A sociedade não se dissolverá em caso de falecimento da sócia, pessoas naturais, passando os herdeiros na forma da lei a fazer parte da mesma, caso estejam interessados.

**Parágrafo Primeiro** – A sociedade poderá ser dissolvida por deliberação tomada pela maioria dos quotistas em relação ao capital social, ou, se a sua continuidade tornar-se impossível, nos casos previstos em lei.

**Parágrafo Segundo** – Nos casos de resilição em relação a sócios, quer por decisão da sociedade ou por força de lei, o valor de sua cota social e demais haveres serão liquidados em 06 (seis) parcelas iguais, mensais e consecutivas, devidamente corrigidas, com base no resultado obtido no balanço levantado para tal fim.

**Parágrafo Terceiro** – Em caso de falecimento da sócia os herdeiros do sócio falecido, de comum acordo, exercerão o direito às quotas, entretanto não havendo interesse em participar da sociedade, os sócios remanescentes pagarão aos herdeiros o resultados dos haveres do sócio falecido, regularmente apurado em balanço.

**CLAUSULA DECIMA** – As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato serão supridas ou resolvidas com base no Código

**L ALENCAR DE ARAUJO LTDA**

Civil, em especial concernente a aplicação supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade limitada pelas normas da sociedade simples, naquilo que lhe couber.

**CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA** - A administrador(a) declara sob as penas da lei de que não se acha impedida de exercer administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pene que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesas da concorrência, contra as relações de consumo, fê publica, ou a propriedade.

E por está em perfeito acordo em tudo quanto neste instrumento particular lavrado, obriga-se a cumprir a presente transformação, assinando-o abaixo, em 01(uma) via destinada a registro na **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO** devolvida depois de anotadas.

Imperatriz – MA., 28 de Junho de 2023

  
LEIDIANE ALENCAR DE ARAUJO



## TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, WERBETH LIMA SANTOS, com inscrição ativa no CRC/MA, sob o nº 010756, registrado em 19/02/2009, inscrito no CPF nº 01136312358, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
01136312358	010756	WERBETH LIMA SANTOS

CERTIFICO O REGISTRO EM 20/07/2023 12:05 SOB Nº 21201404513.  
PROTOCOLO: 230780229 DE 07/07/2023.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12310773037. CNPJ DA SEDE: 47449810000193.  
NIRE: 21201404513. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 21/06/2023.  
L ALENCAR DE ARAUJO LTDA

**JUCEMA**

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.ma.gov.br](http://www.empresafacil.ma.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO**  
**DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS**  
RUA URBANO ROCHA, Nº S/Nº - CENTRO  
CNPJ: 01597627000134

CMGEL  
Fls. 81

## CERTIDÃO NEGATIVA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de GOVERNADOR EDISON LOBÃO, a requerimento da pessoa interessada L ALENCAR DE ARAUJO LTDA, CERTIFICA, para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos inscritos em dívida ativa com os cofres públicos municipais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 19/06/2026, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituídos anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Cadastro:	001396	Inscrição Municipal:	428460437
Contribuinte:	L ALENCAR DE ARAUJO LTDA	CPF/CNPJ:	47449810000193
Nome Fantasia:	LC MATERIAIS PARA CONSTRUCAO		
Endereço:	RUA DA TORRE, 59	Complem:	
Bairro:	CENTRO	CEP:	65928000
Cidade:	GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MA		
Inscrição Est.:	127680624	Data de Abertura:	0
		Data de Encerramento:	0

### Atividade(s) CNAE

Comércio varejista de materiais de construção em geral  
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios  
Comércio varejista de calçados

Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas  
Comércio varejista de ferragens e ferramentas

Emissão: 19/02/2026 11:17:48      Validade: 19/06/2026      Usuário: LEO  
Número/Controle da Certidão: CD3AC48EF9C85F52

LEONARDO OLIVEIRA LIMA  
CHEFE DE TRIBUTOS



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

RUA URBANO ROCHA, Nº S/Nº - CENTRO

CNPJ: 01597627000134

CMGEL  
Fls. 82  
@

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

A Prefeitura Municipal de GOVERNADOR EDISON LOBÃO, a requerimento da pessoa interessada L ALENCAR DE ARAUJO LTDA, CERTIFICA, para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos mobiliários com os cofres públicos municipais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 19/06/2026, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituídos anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Cadastro: 001396 Inscrição Municipal: 428460437  
Contribuinte: L ALENCAR DE ARAUJO LTDA CPF/CNPJ: 47449810000193  
Nome Fantasia: LC MATERIAIS PARA CONSTRUCAO  
Endereço: RUA DA TORRE, 59 Complemento:  
Bairro: CENTRO CEP: 65928000  
Cidade: GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MA  
Inscrição Est.: 127680624 Data de Abertura: 0 Data de Encerramento: 0  
Atividade: Comércio varejista de materiais de construção em geral, Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas, Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, Comércio varejista de ferragens e ferramentas, Comércio varejista de calçados

### Atividade(s) CNAE

Comércio varejista de materiais de construção em geral

Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas

Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

Comércio varejista de ferragens e ferramentas

Comércio varejista de calçados

Emissão: 19/02/2026 11:17:31

Validade: 19/06/2026

Usuário: LEO

Número/Controle da Certidão: 26A614C3DD3E4BBB

Leonardo Oliveira Lima

Chefe de Tributos

Port. 40/2005

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO**

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS CNPJ: 01597627000134

RUA URBANO ROCHA, Nº S/Nº - CENTRO

Rol Cadastral do Mobiliário - Completo: (Cadastrado: '001396','001396')

CMGEL  
Fls. 83

Data Emissão:	19/02/2026
Hora:	11:18:13
Exercício:	2026
Usuário:	LEO
Página(s):	1 de 1

**FICHA CADASTRAL DO MOBILIÁRIO****CONTRIBUINTE**

Código: **002839**

Nome: **L ALENCAR DE ARAUJO LTDA** CNPJ: **47449810000193**

Nome Fant.: **LC MATERIAIS PARA CONSTRUCAO** PIS/NIT:

Endereço: **RUA DA TORRE** Nº: **59** CEP: **65928000**

Bairro: **CENTRO** Complemento:

Cidade: **GOVERNADOR EDISON LOBAO** Estado: **MA**

**ESTABELECIMENTO**

Cadastro: **001396**

Endereço: **RUA DA TORRE** Nº: **59** CEP: **65928000**

Bairro: **CENTRO** Complemento:

Cidade: **GOVERNADOR EDISON LOBÃO** Estado: **MA**

Area: **0,00** Nº Empregados: **0** Região:

Insc Estadual: **127680624** Insc Municipal: **428460437** Horário de Funcionamento: **Das: Até**

**DADOS GERAIS**

Abertura: Processo: Dt. Processo:

Junta Comercial: Data: Nº Reg Pessoal Jurídica:

Escritório: Email Esc:

Fone Esc:

Situação: **01 - Ativo** Tipo da Empresa: **SOCIEDADE POR COTAS LIMITADA**

Tipo ISS: **03 - Sobre Faturamento** Capital: **0** Tipo de Cadastro: **EMPRESA**

Optante SN: **N** Regime Especial: **Não Possui** Exigibilidade ISS: **Exigível**

Atividade: **Comércio varejista de materiais de construção em geral, Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e**

Código	Identificador	Tipo	Atividade	Qtde.	Início	Fim
000004	04.00	01 - Prestação de	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres	0		

**Serviços farmacêuticos**

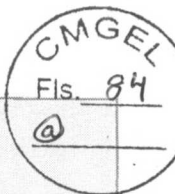
Código	Principal	Atividade cnae
4744001	N	Comércio varejista de ferragens e ferramentas
4744004	N	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4744099	S	Comércio varejista de materiais de construção em geral
4781400	N	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
4782201	N	Comércio varejista de calçados

Código Alvara	Exercício	Descrição	Data Emissão	Data Validade
141	2026	ALVARA DE LICENCA	19/02/2026	31/12/2026

Leonardo Oliveira Lima  
Chefe de Tributos  
Port. 40/2025



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA  
CNPJ: 01597627000134



ALVARÁ DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO

Nº do Alvará 141/2026

Exercício: 2026

Inscrição Municipal: 428460437  
Contribuinte: L ALENCAR DE ARAUJO LTDA  
Nome Fant.: LC MATERIAIS PARA CONSTRUCAO  
CPF/CNPJ: 47449810000193  
RG/Inscrição Estadual: 127680624  
Endereço: RUA DA TORRE, 59 - CENTRO  
Complemento:

**Atividade Principal:**

Comercio varejista de materiais de construção em geral, Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas, Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, Comércio varejista de ferragens e ferramentas, Comércio varejista de calçados

**Horário de Funcionamento:**

Meio de Semana	Sábado	Domingo	Feriado
Das: 07:30:00 Até: 18:00:00	Das: 07:30:00 Até: 18:00:00	Das: 07:30:00 Até: 12:00:00	Das: 0 Até: 0

**Observações:**

Pelo documento de arrecadação datado de 19/02/2026 referente a Taxas de Licença e verificação Fiscal para Localização de seu estabelecimento durante o exercício acima referido, conforme o Código Tributário de Gov. Edson Lobão, Lei nº 019/2014 de 01 de dezembro de 2014.

GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MA, 19/02/2026

Data de Abertura

0

Divisão de Tributação

*Leonardo Oliveira Lima*

Leonardo Oliveira Lima  
Chefe de Tributação  
Port. 40/2025

AFIXAR EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EMPRESA  
**FÁCIL**

## INSCRIÇÃO ESTADUAL: 127680624

**Nome / Razão Social:** LALENCAR DE ARAUJO LTDA

**CNPJ:** 47.449.810/0001-93

**Endereço:** RUA DA TORRE, CENTRO CEP: 65928000 no município de Governador Edison Lobão/

**Atividade Principal:** 4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

**Atividade(s) Secundária(s)** 4782-2/01 - Comércio varejista de calçados, 4744-0/01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas, 4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, 4744-0/04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas

**São Luis**, quinta, 20 de julho de 2023

Código de Autenticidade: **QSUNN51G**

**Observação:** Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

**Marcellus Ribeiro Alves**  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO**

**Nº Certidão:** 042967/26

**Data da**

24/02/2026 15:16:29

**Inscrição Estadual:** 127680624

**CPF/CNPJ:** 47449810000193

**Razão Social:** L ALENCAR DE ARAUJO LTDA

**Endereço:** RUA DA TORRE, 59 CEP: 65928000 - CENTRO

**Telefone:** (99)84903376

**Município:** GOVERNADOR EDSON LOBAO

**UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

**Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 25/05/2026.**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

**CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**

**Data Impressão:** 24/02/2026 15:16:29



Estado do Maranhão

# Certidão Negativa de Débito

Secretaria da Fazenda

## Resultado da Validação da Certidão Negativa de Débito

**Nº da Certidão:** 042967/26

**Data de Validade:** 25/05/2026

**Data de Emissão:** 24/02/2026 15:16:29

**Inscrição Estadual:** 127680624

**CPF/CNPJ:** 47449810000193

**Razão Social:** L ALENCAR DE ARAUJO LTDA

[Nova Consulta](#) [Imprimir](#)

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2009



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA**

**Nº Certidão:** 018920/26

**Data da**

24/02/2026 15:17:14

**Inscrição Estadual:** 127680624

**CPF/CNPJ:**47449810000193

**Razão Social:** L ALENCAR DE ARAUJO LTDA

**Endereço:** RUA DA TORRE, 59 CEP: 65928000 - CENTRO

**Telefone:** (99)84903376

**Município:** GOVERNADOR EDSON LOBAO

**UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

**Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 25/05/2026.**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

**CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**

**Data Impressão:** 24/02/2026 15:17:14



# Estado do Maranhão Certidão Negativa de Dívida Ativa

Secretaria da Fazenda

Resultado da Validação da Certidão Negativa Dívida Ativa de Dívida Ativa
<b>CERTIDÃO VÁLIDA!</b>
<b>Nº da Certidão:</b> 018920/26
<b>Data de Validade:</b> 25/05/2026
<b>Data de Emissão:</b> 24/02/2026 15:17:14
<b>Inscrição Estadual:</b> 127680624
<b>CPF/CNPJ:</b> 47449810000193
<b>Razão Social:</b> L ALENCAR DE ARAUJO LTDA
<input type="button" value="Nova Consulta"/> <input type="button" value="Imprimir"/>

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2009



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: L ALENCAR DE ARAUJO LTDA**  
**CNPJ: 47.449.810/0001-93**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

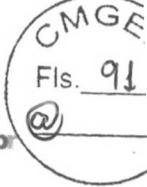
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:14:31 do dia 24/02/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/08/2026.

Código de controle da certidão: **896A.3AF9.6311.D8B8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Entrar com gov.br

Serviços do Contribuinte  
Portal de Serviços da Receita

Home > Resultado Consulta

# Resultado da Consulta de Certidão

CNPJ: 47.449.810/0001-93      Período: 24/02/2025 a 24/02/2026

## Relação das certidões emitidas por data de emissão

Código de Controle	Tipo	Data - Hora de Emissão	Data de Validade	Situação
896A.3AF9.6311.D8B8	Negativa	24/02/2026 - 15:14:31	23/08/2026	Válida

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1



**Válida:** Prazo de validade da certidão ainda não vencido. A certidão pode ser utilizada em qualquer ato em que for necessária.

[← Voltar](#)

[★ Avaliar Serviço](#)

[🔍 Nova Consulta](#)



|

REDES SOCIAIS



[Termos de Uso](#) | [Sobre](#)



Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 47.449.810/0001-93  
**Razão Social:** L ALENCAR DE ARAUJO LTDA  
**Endereço:** 10A RUA DA TORRE 59 / CENTRO / GOVERNADOR EDISON LOBAO /  
MA / 65928-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 09/02/2026 a 10/03/2026

**Certificação Número:** 2026020906336112184400

Informação obtida em 24/02/2026 15:06:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

## Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

**Inscrição:** 47.449.810/0001-93

**Razão social:** L ALENCAR DE ARAUJO LTDA

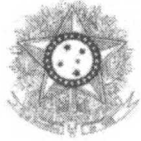
Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
28/02/2026	28/02/2026 a 29/03/2026	2026022802286112184418
09/02/2026	09/02/2026 a 10/03/2026	2026020906336112184400
21/01/2026	21/01/2026 a 19/02/2026	2026012103476112184403
02/01/2026	02/01/2026 a 31/01/2026	2026010217016112184409
12/12/2025	12/12/2025 a 10/01/2026	2025121219036112184493
23/11/2025	23/11/2025 a 22/12/2025	2025112301166112184404
04/11/2025	04/11/2025 a 03/12/2025	2025110404276112184410
15/10/2025	15/10/2025 a 13/11/2025	2025101505476112184480
26/09/2025	26/09/2025 a 25/10/2025	2025092608266112184457
07/09/2025	07/09/2025 a 06/10/2025	2025090703476112184431
19/08/2025	19/08/2025 a 17/09/2025	2025081907526112184458
29/07/2025	29/07/2025 a 27/08/2025	2025072906066112184469
10/07/2025	10/07/2025 a 08/08/2025	2025071005566112184419
21/06/2025	21/06/2025 a 20/07/2025	2025062102226112184435
01/06/2025	01/06/2025 a 30/06/2025	2025060105116112184408
13/05/2025	13/05/2025 a 11/06/2025	2025051306236112184402
24/04/2025	24/04/2025 a 23/05/2025	2025042405156112184485
05/04/2025	05/04/2025 a 04/05/2025	2025040505276112184492
17/03/2025	17/03/2025 a 15/04/2025	2025031710106112184482
25/02/2025	25/02/2025 a 26/03/2025	2025022519496112184420
06/02/2025	06/02/2025 a 07/03/2025	2025020621496112184446
18/01/2025	18/01/2025 a 16/02/2025	2025011805556112184436
30/12/2024	30/12/2024 a 28/01/2025	2024123004416112184442
11/12/2024	11/12/2024 a 09/01/2025	2024121105126112184444
22/11/2024	22/11/2024 a 21/12/2024	2024112205456112184466
03/11/2024	03/11/2024 a 02/12/2024	2024110304136112184490
15/10/2024	15/10/2024 a 13/11/2024	2024101505566112184490
26/09/2024	26/09/2024 a 25/10/2024	2024092608546112184420
06/09/2024	06/09/2024 a 05/10/2024	2024090621466112184407
18/08/2024	18/08/2024 a 16/09/2024	2024081804236112184408
29/07/2024	29/07/2024 a 27/08/2024	2024072922436112184489

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
10/07/2024	10/07/2024 a 08/08/2024	2024071012456112184440
21/06/2024	21/06/2024 a 20/07/2024	2024062111386112184402
02/06/2024	02/06/2024 a 01/07/2024	2024060204056112184452
14/05/2024	14/05/2024 a 12/06/2024	2024051408086112184454
25/04/2024	25/04/2024 a 24/05/2024	2024042509321213766267
05/04/2024	05/04/2024 a 04/05/2024	2024040520290008035702
17/03/2024	17/03/2024 a 15/04/2024	2024031703371333402102



Resultado da consulta em 03/03/2026 13:11:58

[Voltar](#)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: L ALENCAR DE ARAUJO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 47.449.810/0001-93  
Certidão n°: 11859744/2026  
Expedição: 24/02/2026, às 15:18:27  
Validade: 23/08/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que L ALENCAR DE ARAUJO LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 47.449.810/0001-93, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: L ALENCAR DE ARAUJO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 47.449.810/0001-93

Certidão n°: 11859744/2026

Expedição: 24/02/2026, às 15:18:27

Validade: 23/08/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **L ALENCAR DE ARAUJO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **47.449.810/0001-93**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

# LC CONSTRUÇÕES

HIDRAULICA, ELETRICA, FERRAMENTAS E TINTAS  
RUA DA TORRE 59 CENTRO GOV. EDISON LOBAO MA  
CNPJ: 47.449.810/0001-93

## ANEXO IV – PROPOSTA COMERCIAL

À CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N° 001/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2026

A empresa L. Alencar de Araujo Ltda, telefone. (99)8490-3376, endereço eletrônico (leidiane.alencar2013@hotmail.com), para contato, representada por nome Leidiane Alencar de Araujo, estado civil, casada profissão comerciante, cargo diretora, CPF: 019.199.493-64, domiciliado a Rua da Torre 59 Centro Governador Edison Lobao MA, apresenta a seguinte proposta, conforme especificado no Termo de Referência deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

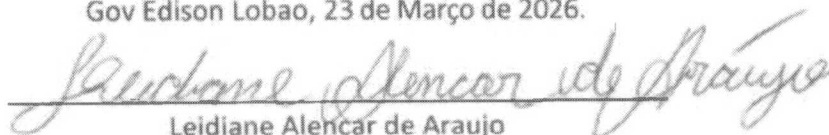
Objeto: fornecimento de tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas mostra-se necessária para a execução de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, com as características mínimas constantes do Termo de Referência, deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	TINTA ACRILICA BF 18 LT CORAL	12	581,67	6.980,00
2	ESMALDE SINTETICO BRANCO 3,6 LT	08	143,33	1146,67
3	MASSA CORRIDA PVA 25KG	08	50,33	402,64
4	ARGAMASSA DE REPARO 20 KG	15	46,67	700,05
5	KIT LIXAS, TRINCHAS, ROLO	08	35,83	286,67
6	TINTA ESMALDE SINTETICO VERMELHO 3,6LT	08	143,33	1.146,67
7	TINTA ESMALDE SINTETICO AZUL 3,6LT	15	143,33	2.150,00
8	TINTA ESMALDE SINTETICOAMARELO 3,6LT	08	143,33	1.146,67
9	THINNER DILUENTE 1LT	15	20,33	305,00
<b>TOTAL</b>				<b>14.264,33</b>

**Obs.: Informar o valor com os tributos aplicados.** Usar duas casas decimais após a vírgula, as demais serão desconsideradas.

1. Declara que, nos preços cotados estão incluídos todas as despesas, diretas e indiretas, encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, bem, ainda, quaisquer outras relativas aos serviços correlatos a esta licitação, nada mais sendo lícito pleitear a esse título. A contratante poderá efetuar as retenções/descontos previstos legalmente.
2. Declara que, por ser de seu conhecimento, submete-se a todas as cláusulas e condições do Edital relativas a licitação supra, bem como, às disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas complementares.
3. Declara que o fornecimento ocorrerá em conformidade com todas as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo II, bem como as normas técnicas e legais aplicáveis.

Gov Edison Lobao, 23 de Março de 2026.



Leidiane Alencar de Araujo

CPF: 019.199.493-64

Cargo: Socia Titular

# LC CONSTRUÇÕES

HIDRAULICA, ELETRICA, FERRAMENTAS E TINTAS  
RUA DA TORRE 59 CENTRO GOV. EDISON LOBAO MA  
CNPJ: 47.449.810/0001-93

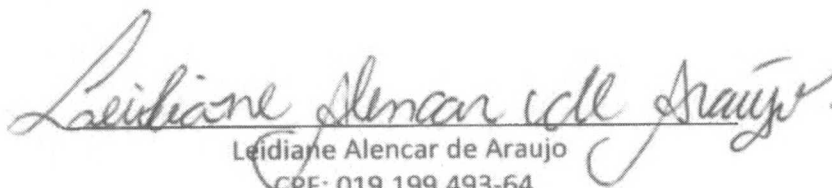
## ANEXO V – DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa L ALENCAR DE ARAUJO LTDA, através de seu representante legal, Senhor (a) LEIDIANE ALENCAR DE ARAUJO, CPF 019.199.493-64 Sócio-Gerente.

DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela Câmara Municipal de Governador Edison Lobão – MA, Processo administrativo 01/2026, na modalidade DIAPENSA ELETRÔNICO Nº. 01/2026, que:

- Atende aos requisitos de habilitação;
- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/21 e artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas e lei e em outras normas específicas, observando os quantitativos e percentuais em norma previstos;
- O licitante organizado em cooperativa deve declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei 14.133, de 2021.
- DECLARA que disponibiliza os endereços eletrônicos: [leidiane.alencar2013@hotmail.com](mailto:leidiane.alencar2013@hotmail.com) que deverão ser utilizados para recebimento de mensagens e documentos tais como empenhos, notificações, recursos e demais atos atinentes a eventuais processos administrativos que venham a ser instaurados no curso do contrato. DECLARA, ainda, que possui conhecimento de que pedidos de reequilíbrio de preços e demais questões atinentes aos contratos deverão ser encaminhados ao e-mail: [leidiane.alencar2013@hotmail.com](mailto:leidiane.alencar2013@hotmail.com)

Gov Edison Lobao, 24 de Fevereiro de 2026.



Leidiane Alencar de Araujo

CPF: 019.199.493-64

Cargo: Socia Titular



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
DEPARTAMENTO DE CONTRATO  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



### CONTRATO Nº 001/2026 - LEI 14.133/2021

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Urbano Rocha s/n, Centro, Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.616.688/0001-00, neste ato representado pelo Presidente, Sr. ° Luciano Soares Lopes, CPF n.º. 609.834.783-25, doravante denominado **CONTRATANTE**; e

A empresa, **L ALENCAR DE ARAUJO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 47.449.810/0001-93, estabelecida à Rua da Torre, n.º59-A, Bairro: Centro, Cidade: Governador Edison Lobão - MA, neste ato representada pelo(a) Sr.ª. Leidiane Alencar de Araujo, portadora do RG n.º 272671220045 – GESJUSPC - MA. e CPF n.º.019.199.493-64, doravante denominado **contratado**;

Celebram o presente CONTRATO, devidamente autorizado pelo **Processo n.º001/2026 – Licitação n.º 001/2026**, e que reger-se-á pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/21 e pelas condições que estipulam a seguir:

#### OBJETO

O objeto do presente contrato é fornecer tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas, a mesma mostra-se necessária para a execução de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, cujas especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.

#### NORMAS REGENTES

O presente contrato está vinculado à Licitação n.º 001/2026 - DP e ao Processo Administrativo n.º 001/2026, ao edital e à proposta apresentada pelo contratado, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei n.º 14.133/2021.

#### VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de 09 (nove) meses, contados da assinatura deste contrato.

#### REGIME E FORMA DE FORNECIMENTO

A forma de fornecimento deste contrato é fornecimento imediato e parcelado.

#### LOCAL E PRAZO DE ENTREGA / FORNECIMENTO

O local e o prazo de entrega / fornecimento, assim como outras descrições da solução e requisitos da contratação constam do Anexo I - Especificações do edital e faz parte deste contrato.

Os prazos de entrega/fornecimento serão contados da comunicação ao contratado da publicação deste contrato.

O prazo de entrega/fornecimento poderá ser prorrogado em caso de alterações unilaterais determinadas pelo contratante, bem como pela ocorrência de eventos supervenientes, alheios à vontade das partes, que impactem no seu cumprimento, mediante solicitação formal, devidamente fundamentada, encaminhada pelo contratado ao contratante em momento anterior à data de entrega.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
DEPARTAMENTO DE CONTRATO  
CNPJ: 01.616.688/0001-00

CMGE  
Fls. 101  
@

### FONTE DE RECURSOS

A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CÂMARA MUNICIPAL	FONTE DE RECURSOS	DOTAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. EDIOSN LOBAO		
Material de consumo	1.150.00.001.001	3.3.90.30
Outros serviços de terceiros de pessoas jurídica	1.150.00.001.001	3.3.90.39

### VALOR A SER PAGO PELO OBJETO

Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$ 14.264,33 (Quatorze mil duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos), incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a fornecimento do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

As quantidades e preços unitários estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que faz parte deste contrato.

### CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento ocorrerá em até 20 dias, contados da data de entrega do objeto, e fornecimento que ocorrerá mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado

O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.

Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

O fiscal do contrato comunicará previamente ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

Os pagamentos efetuados em atraso pela Administração, em que o atraso não tenha sido por culpa da contratada, serão acrescidos de correção monetária, conforme variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

### REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O reequilíbrio econômico-financeiro ocorrerá por meio de termo aditivo e, quando em favor do contratado, dependerá de prévia solicitação e demonstração de que a(s) ocorrência(s) inviabiliza(m) a fornecimento do contrato nos termos inicialmente ajustados, por meio de documentos que demonstrem, conforme o caso:

a situação caracterizadora do desequilíbrio e seus impactos diretos e indiretos na contratação;



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
DEPARTAMENTO DE CONTRATO  
CNPJ: 01.616.688/0001-00

CMG  
Fls. 10  
②

as características da proposta apresentada pelo contratado na licitação em relação à prática de mercado da época, inclusive eventuais percentuais de descontos ofertados à Administração, a fim de se verificar o equilíbrio inicial da avença;

a atual situação caracterizadora do desequilíbrio, através de planilha de formação dos preços e o seu comparativo com o praticado no mercado;

que, no cálculo do reequilíbrio, estão sendo consideradas as vantagens oferecidas à Administração ao tempo da celebração do contrato, como descontos de preços ou outros ajustes; e

que a avaliação do desequilíbrio contratual considera todos os itens de custos do contratado, tanto os que tiveram seus preços majorados, quanto os que tiveram seus preços minorados, para fins de aferição de seu equilíbrio geral em relação ao inicialmente pactuado.

A solicitação dependerá de requerimento do contratado e deverá ser protocolada na contratante, descrevendo a justificativa do fato motivador do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratante será comunicada previamente ao contratado, de forma devidamente fundamentada e demonstrada nos mesmos termos da cláusula O reequilíbrio econômico-financeiro ocorrerá por meio de termo aditivo e, quando em favor do contratado, dependerá de prévia solicitação e demonstração de que a(s) ocorrência(s) inviabiliza(m) o fornecimento do contrato nos termos inicialmente ajustados, por meio de documentos que demonstrem, conforme o caso:, deste contrato para a pertinente manifestação e concordância, levando à extinção contratual, sem penalidades, nos casos em que não houver acordo sobre o novo valor.

A equação financeira do contrato será estabelecida com relação à data de apresentação da proposta pelo contratado, ou seja, somente variações supervenientes à apresentação da proposta podem ensejar o pedido de reequilíbrio contratual.

O reequilíbrio econômico-financeiro produzirá efeitos apenas em relação às parcelas já prestadas pelo contratado.

Nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro em favor do contratante, será apresentado ao contratado memória de cálculo com o decréscimo de valor, com proposição de redução do contrato, que deverá ser realizada por acordo entre as partes.

Na hipótese de não ser possível o acordo entre as partes, o contrato será rescindido, sem ônus para nenhuma das partes.

O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

#### **OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

Constituem obrigações do contratado:

aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões determinadas pelo contratante nos termos da Lei nº 14.133/2021;

comunicar ao fiscal do contrato, de imediato, qualquer ocorrência que impeça a fornecimento regular de suas obrigações;



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
DEPARTAMENTO DE CONTRATO  
CNPJ: 01.616.688/0001-00

CMGEL  
Fls. 103  
@

atender às determinações do fiscal do contrato, destinadas ao regular cumprimento do contrato;

efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

manter atualizado, durante a vigência do presente contrato, o endereço, número de telefone fixo e celular, correio eletrônico e nome do representante legal com poder de decisão;

Sendo constatado vícios no produto ou divergências das especificações, o setor responsável recusará o recebimento, dando ciência dos motivos da recusa à contratada, que assumirá todas as despesas daí decorrentes, sem prejuízo das penalidades previstas na lei, devendo, no prazo de 8 (oito) dias corridos, contado a partir da notificação, repor os produtos. Caso a verificação não seja procedida reputar-se-á como realizada dentro do prazo fixado.

### **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações do contratante:

realizar o empenho da respectiva dotação orçamentária;

publicar o contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;

comunicar ao contratado a publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;

acompanhar e fiscalizar o fornecimento do contrato, registrando as eventuais ocorrências;

comunicar imediatamente ao contratado qualquer defeito ou deficiência que venha a constatar, referente ao fornecimento do objeto deste contrato;

informar alterações no cronograma, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações por parte do contratado;

Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, objeto desta licitação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

### **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A fiscalização do contrato será realizada pelo senhor Daniel Santos Rodrigues e assim como a gestão do contrato, sendo representante do contratado Leidiane Alencar de Araujo, na qualidade de preposto.

### **ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

O presente contrato poderá ser alterado pelo contratante para acrescer, suprimir o quantitativo contratado ou modificar as especificações técnicas do objeto, respeitado o limite legal, mantendo inalteradas as demais condições contratuais.

Em caso de acréscimo de quantitativo, poderá ser realizado o ajuste no prazo de vigência e no cronograma.

Em caso de supressão de quantitativo que ultrapasse o percentual de aceitação obrigatória, se o contratado já houver adquirido os materiais no momento em que for formalmente notificado da supressão, no caso de revenda ou de insumos necessários ao fornecimento dos itens, estes valores deverão ser indenizados pelo contratante, em conformidade com o processo administrativo para apuração do valor devido.



### SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação.

### MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA

Dentre as possibilidades elencadas no art. 151 da Lei nº 14.133/2021, as partes buscarão a solução consensual das eventuais controvérsias, por meio da conciliação.

### SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art. 155, I	Dar causa ao fornecimento parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	--
Art. 162	O atraso injustificado no fornecimento do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar o fornecimento total do contrato/empenho	1%/dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento do fornecimento ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Governador Edison Lobão - MA	6 meses
Art. 155, II	Dar causa ao fornecimento parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Governador Edison Lobão - MA	12 meses
Art. 155, III	Dar causa ao fornecimento total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Governador Edison Lobão - MA	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
DEPARTAMENTO DE CONTRATO  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



Pelas infrações administrativas de: ensejar o retardamento do fornecimento ou da entrega do objeto sem motivo justificado; dar causa ao fornecimento parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou dar causa ao fornecimento total do contrato; que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

#### **NORMAS AMBIENTAIS E LOGÍSTICA REVERSA**

O contratado deverá cumprir as normas ambientais aplicáveis na produção, entrega e fornecimento do objeto contratado.

#### **PROTEÇÃO DE DADOS**

As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão do fornecimento do objeto deste contrato;

tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis ao fornecimento do objeto;

adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:

a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

as informações sobre os titulares envolvidos;



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
DEPARTAMENTO DE CONTRATO  
CNPJ: 01.616.688/0001-00



a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

os riscos relacionados ao incidente;

os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e

as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e

não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

#### **CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

O recebimento será considerado provisório até a verificação da conformidade do produto, entregue com as especificações do objeto licitado, a qual será realizada em até 05 (cinco) dias (corridos) da comunicação escrita do término da entrega pelo contratado ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização e entrega do objeto.

Sendo constatado vícios no produto ou divergências das especificações, o setor responsável recusará o recebimento, dando ciência dos motivos da recusa à contratada, que assumirá todas as despesas daí decorrentes, sem prejuízo das penalidades previstas na lei, devendo, no prazo de 8 (oito) dias corridos, contado a partir da notificação, repor os produtos. Caso a verificação não seja procedida reputar-se-á como realizada dentro do prazo fixado.

Os produtos serão recebidos por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 05 dias da comunicação escrita do contratado.

Considerar-se-á definitivo o recebimento do objeto deste instrumento, caso não haja manifestação da Contratante, até o prazo final do recebimento provisório (em até 05 dias corridos).

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelo perfeito fornecimento deste contrato, quanto à qualidade, correção e segurança do objeto contratado.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO  
DEPARTAMENTO DE CONTRATO  
CNPJ: 01.616.688/0001-00

CMGEL  
Fls. 107  
2

O objeto será recebido parcialmente pelo contratante quando descumprida condição de fornecimento que possibilite o aproveitamento do objeto para os objetivos da contratação, aplicando-se a sanção cabível pelo descumprimento contratual.

Caso o recebimento provisório ou o recebimento definitivo não ocorra no prazo estabelecido, o objeto será considerado tacitamente recebido.

### EXTINÇÃO DO CONTRATO

A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.

### FORO

O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Imperatriz - MA.

Governador Edison Lobão - MA, 04 de março de 2026.

CONTRATANTE  
CAMARA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO - MA  
CNPJ nº 01.616.688/0001-00

CONTRATADA (O)  
L ALENCAR DE ARAUJO LTDA  
CNPJ nº 47.449.810/0001-93

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

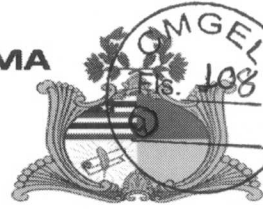
Nome:  
CPF:



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Instituído pela lei municipal nº 122/2023, de 23 de Junho de 2023

Quinta, 05 de março de 2026 | VOL: 3 | Nº 489



## Índice

SECRETARIA.....	2
PORTARIA .....	2
PORTARIA Nº 02, DE 15 DE JANEIRO DE 2026. ....	2





**SECRETARIA**

**PORTARIA**

**PORTARIA Nº 02, DE 15 DE JANEIRO DE 2026.**

**PORTARIA Nº 02, DE 15 DE JANEIRO DE 2026.**

*Nomeia Fiscal de Contrato da Câmara Municipal de Gov. Edison Lobão- MA.*

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO, ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que lhe faculta os arts. 63 e 64, VI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o art. 3º, IV da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Designa para Cargo de Fiscal de Contrato da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão/MA, o senhor Daniel Santos Rodrigues. Para atuar na Fiscalização de Contrato em andamento no âmbito da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito do dia 02 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

GABINETE DA PRESIDENCIA, EM GOVERNADOR EDISON LOBÃO, ESTADO DO MARANHÃO, 15 DE JANEIRO DE 2026.

**LUCIANO SOARES LOPES**

**Presidente da Câmara**

Publicado por: LUCIANO SOARES LOPES

Código identificador: SukSSaCGQBzZ





**Estado do Maranhão**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO**

**DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO**

Gabinete da Presidência  
R URBANO ROCHA, S/N, GOVERNADOR EDISON LOBAO - MA  
Cep: 65.928-000

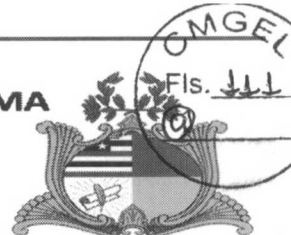
**LUCIANO SOARES LOPES**  
Presidente da Câmara

**André da Silva Cardoso**

**Informações: [camara@cmgovernadoreidisonlobao.ma.gov.br](mailto:camara@cmgovernadoreidisonlobao.ma.gov.br)**

/C=BR/O=ICP-Brasil/ST=MA/L=Governador Edison  
Lobao/OU=AC SOLUTI Multipla v5/OU=14592578000199/OU=  
Videoconferencia/OU=Certificado PJ A1/CN=MUNICIPIO DE  
GOVERNADOR EDISON LOBAO CAMARA  
MUNIC:01616688000100  
Data: 05/03/2026





## Índice

SECRETARIA.....	2
RATIFICAÇÃO.....	2
TERMO DE RATIFICAÇÃO (AUTORIZAÇÃO).....	2
TERMO DE RATIFICAÇÃO (AUTORIZAÇÃO).....	2





**SECRETARIA**

**RATIFICAÇÃO**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO (AUTORIZAÇÃO)**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025  
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2025

Na qualidade de Presidente da Câmara de Vereadores de Governador Edison Lobão - MA, no uso de minhas atribuições legais, e, considerando estarem presentes os pressupostos administrativos da legislação que regem a matéria, RATIFICO o processo de Dispensa Eletrônica nº 001/2025, nos termos que seguem: Contratado: L ALENCAR DE ARAÚJO LTDA, inscrita no CNPJ nº 47.449.810/0001-93. Objeto: fornecer tintas, argamassa, massa corrida, thinner, rolos, trinchas, pincéis e lixas, a mesma mostra-se necessária para a execução de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, conforme modelo padrão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021. Valor Total: R\$ 14.264,33 (Quatorze mil duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos). E, para a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente ratificação seja publicada no Diário Oficial do Município de Gov. Edison Lobão (DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO), conforme prevê o art. 72, § único, da Lei nº 14.133/2021. Governador Edison Lobão - MA, 04 de março de 2026.

Publicado por: LUCIANO SOARES LOPES

Código identificador: \$DgAoHtNRky5

**TERMO DE RATIFICAÇÃO (AUTORIZAÇÃO)**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026  
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026

Na qualidade de Presidente da Câmara de Vereadores de Governador Edison Lobão - MA, no uso de minhas atribuições legais, e, considerando estarem presentes os pressupostos administrativos da legislação que regem a matéria, RATIFICO o processo de Dispensa Eletrônica nº 002/2026, nos termos que seguem: Contratado: RONIÉLIO DE CARVALHO SILVEIRA 01620123304 (CNPJ: 48.648.895/0001 - 00). Objeto: fornecer lanches tipo coffe break destinados a atender as necessidades da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, conforme modelo padrão, conforme condições, quantidades

e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021. Valor Total: R\$ 55.408,44 (Cinquenta e cinco mil quatrocentos e oito reais e quarenta e quatro centavos). E, para a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente ratificação seja publicada no Diário Oficial do Município de Gov. Edison Lobão (DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO), conforme prevê o art. 72, § único, da Lei nº 14.133/2021. Governador Edison Lobão - MA, 04 de março de 2026.

Publicado por: LUCIANO SOARES LOPES

Código identificador: 23rzjayefns20260304170352





**Estado do Maranhão**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO**

**DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO**

Gabinete da Presidência  
R URBANO ROCHA, S/N, GOVERNADOR EDISON LOBAO - MA  
Cep: 65.928-000

**LUCIANO SOARES LOPES**  
Presidente da Câmara

**André da Silva Cardoso**

**Informações: [camara@cmgovernadoreidisonlobao.ma.gov.br](mailto:camara@cmgovernadoreidisonlobao.ma.gov.br)**

/C=BR/O=ICP-Brasil/ST=MA/L=Governador Edison  
Lobao/OU=AC SOLUTI Multipla v5/OU=14592578000199/OU=  
Videoconferencia/OU=Certificado PJ A1/CN=MUNICIPIO DE  
GOVERNADOR EDISON LOBAO CAMARA  
MUNIC:01616688000100  
Data: 04/03/2026

